

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES



VIÇOSA - JUNHO/2016

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES

EXERCÍCIO 2015

VIÇOSA – MINAS GERAIS

MAIO/2016

MENSAGEM AOS PARTICIPANTES

O Relatório Anual de Informações (RAI) 2015 apresenta um conjunto detalhado de atividades desenvolvidas pelo Agros e seus resultados no ano.

É pensando na qualidade de vida de todos estes participantes que o Agros desempenha suas funções com responsabilidade e dedicação.

No dia 8 de maio o Agros completou 36 anos de sua fundação, fiel à missão de “promover segurança e bem-estar social dos participantes, por meio dos planos previdenciário e assistencial”. Agradecemos a confiança ao longo de todos esses anos e reafirmamos o compromisso de dar continuidade à gestão responsável dos recursos, o que garantirá a longevidade do Instituto.

A versão completa do RAI encontra-se na página do Agros na internet. De acordo com a Instrução Normativa nº 13 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, de 13 de novembro de 2014, o envio do RAI impresso aos participantes não é obrigatório. Aqueles que desejarem a versão impressa devem solicitá-la presencialmente, na Gerência de Relacionamento do Agros, ou pelo e-mail contatos@agros.org.br.

Esperamos que façam uma boa leitura. Estamos sempre à disposição para esclarecer qualquer dúvida.

Diretoria Executiva

SUMÁRIO

Principais Atividades	3
Perfil dos Participantes Agros	4
Gestão dos Planos	5
Planos Previdenciários	5
Planos Assistenciais	9
Despesas Administrativas com Pessoal e Terceiros	13
Resumo da Política de Investimentos	14
Demonstrativo dos Investimentos	15
Desempenho Financeiro	18
Demonstrações Contábeis	19
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	25
Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial	41
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial	44
Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Celetista	55
Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Estatutário	56
Parecer Atuarial do Plano Instituidor Agros CD-01	57
Relatórios dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	58
Parecer do Conselho Fiscal	62
Manifestação do Conselho Deliberativo	63

PRINCIPAIS ATIVIDADES

Com setenta e oito funcionários, sessenta e sete em Viçosa, dois em Belo Horizonte e nove em Florestal, o Agros administra três planos de previdência complementar, nove planos de saúde e uma carteira de empréstimos com aproximadamente três mil contratos ativos. Do total de funcionários, 65% são do sexo feminino e 35% são do sexo masculino; 64,1% têm pós-graduação, 26,92% têm graduação, 2,57% possuem graduação incompleta e 6,41% têm formação até o ensino médio.

A gestão da carteira imobiliária do Agros é própria. Em 2015, foram 48 contratos de locação vigentes, referentes, em Viçosa, ao Centro Comercial Arthur Bernardes Filho (Viçosa Shopping) e a um imóvel na Av. Marechal Castelo Branco; em Belo Horizonte, a onze pavimentos do Edifício Comendador Barbosa Mello, ao 22º andar do Edifício Mirafiori e a participação de 23,07% no Edifício Lifecenter; em Brasília, a uma Sala Comercial no Edifício Brasília Rádio Center.

Para atender à demanda de transporte e locomoção, o Agros possui dois veículos de passeio (um Toyota Corola e um Corsa Classic), uma ambulância e uma motocicleta Honda CG para serviços locais.

Além do cumprimento de todas as exigências legais, o Agros continua trabalhando no aprimoramento dos serviços e das informações para os órgãos reguladores, fiscalizadores e para os participantes. Dentre as inúmeras ações desenvolvidas em 2015, merecem destaque:

- Finalização das etapas previstas no cronograma do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc);
- Realização de encontros mensais com os participantes para esclarecimentos gerais sobre o funcionamento do Instituto. Pela ausência de participantes, os encontros aconteceram somente até maio;
- Realização de treinamentos institucionais voltados a conselheiros, diretores e funcionários;
- Aprovação da Política de Gestão de Pessoas;
- Implantação do novo Plano de Cargos e Salários do Agros;
- Incentivo à realização de ações do Programa de Responsabilidade Socioambiental;
- Campanha de Aniversário - isenção da coparticipação em uma consulta médica e em alguns exames no mês de aniversário para beneficiários do plano de saúde com quarenta anos ou mais;
- IX Campanha Agros de Vacinação Contra a Gripe;
- Campanha Agros de Saúde Bucal;
- Outubro Rosa - Campanha Agros pela Prevenção do Câncer de Mama, em parceria com a UFV;
- Novembro Azul - Campanha Agros pela Saúde do Homem, em parceria com a UFV;
- Atividades de Combate ao Sedentarismo;
- Promoção da Saúde na Semana do Produtor Rural de Florestal;
- Criação do Espaço de Apoio à Infância, ligado ao Serviço Agros de Atenção à Saúde Mental (Semente);
- Desenvolvimento do Programa de Atenção às Gestantes;
- Participação e apoio no desenvolvimento da Campanha de Prevenção do Uso Abusivo e Álcool e Outras Drogas - Bem Viver, da UFV;
- Elaboração do Calendário Institucional 2016, enviado aos participantes.

PERFIL DOS PARTICIPANTES AGROS

Os participantes do Agros estão divididos em três planos previdenciários e nove planos assistenciais.

Fazem parte do Plano Previdenciário A trabalhadores vinculados a um dos patrocinadores do Instituto (UFV e Agros) com contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), além de funcionários das ex-patrocinadoras Funarbe e Centreinar. Atualmente somam 79 participantes ativos, o que representa 1,5% do total.

No Plano Previdenciário B estão os servidores vinculados à patrocinadora UFV inscritos até 2007 cujos contratos de trabalho são regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU). Do total de participantes ativos do Agros, 69,54% (3.789) fazem parte do Plano B.

O Plano Previdenciário Agros CD-01 é constituído de 1.580 pessoas, vinculadas a um dos instituidores do plano, quais sejam, UFVCredi, Sindicato dos Securitários de Minas Gerais (Sindisec) e Federação dos Contabilistas de Minas Gerais (Fecon-MG). Hoje representam 29% dos participantes.

Os planos assistenciais ofertados pelo Agros são o PAS-UFV e os Agros Saúde I, II, III e IV com e sem Odontologia. O PAS-UFV não recebe mais inscrições por encontrar-se fechado. Os Planos Agros Saúde I são de segmentação ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, com ou sem odontologia e acomodação individual. Os Planos Agros Saúde II são de segmentação ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, com ou sem odontologia e acomodação coletiva.

Os Planos Agros Saúde III ofertam os mesmos benefícios que os Planos Agros Saúde I, porém, são destinados especificamente aos participantes lotados em Brasília, Capinópolis e Rio Paranaíba. Os Planos Agros Saúde IV atendem a este mesmo público e são equivalentes aos Agros Saúde II.

Em 2015, os Planos de Saúde do Agros contavam com 5.157 participantes titulares. Considerando que lhes é permitida a inscrição de seus grupos familiares, os planos assistenciais eram responsáveis por 16.453 vidas, somando titulares e seus dependentes diretos e agregados.

O percentual de participantes e dependentes por Plano encontra-se discriminado da seguinte forma: Agros Saúde I com Odontologia (84,89%), Agros Saúde I sem Odontologia (10,96%), Agros Saúde III com Odontologia (2,97%), Agros Saúde III sem Odontologia (0,6%), Agros Saúde II com Odontologia (0,32%), PAS-UFV (0,15%) e Agros Saúde II sem Odontologia (0,11%). Os planos Agros Saúde IV com e sem Odontologia não tiveram participantes inscritos.

Quanto à localização geográfica, 8,96% dos beneficiários dos planos de saúde encontram-se em Florestal, Rio Paranaíba e Capinópolis, 1,40% em Belo Horizonte, 9,78% em outras cidades e a maior parte se concentra em Viçosa, 79,86%.

Com relação ao perfil etário, 25% dos beneficiários dos planos de saúde possuem 59 anos ou mais. Entre 44 e 58 anos, são 21%; entre 29 e 43 anos, 17% e os 37% restantes possuem entre 0 e 28 anos.

GESTÃO DOS PLANOS

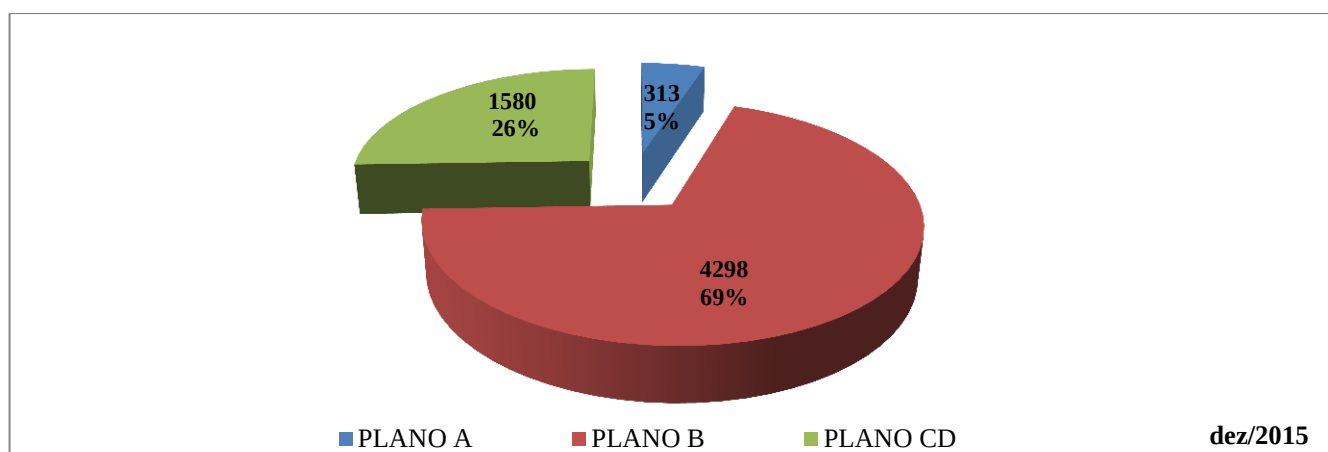
PLANOS PREVIDENCIÁRIOS

Os quadros apresentados a seguir ajudam a entender a atuação do Agros e os resultados alcançados no exercício de 2015.

Quadro/Figura 1 - Número de Participantes Ativos, por Plano e Categoria

Participantes	2015			2014		
	Plano A	Plano B ¹	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B ¹	Plano Agros CD-01
Ativos	79	3.789	1.580	84	3.830	1.480
Assistidos	75	350	-	76	354	-
Pensionistas	159	159	-	160	150	-
Total	313	4.298	1.580	320	4.334	1.480

1. Estão incluídos no Plano B, como ativos, os aposentados por tempo de serviço que não recebem benefício mensal do Agros.



Com relação ao número de participantes ativos, o Plano A apresentou em 2015 uma redução. O Plano B é o que possui maior número de participantes. Como ele não admite novas inscrições, o número de participantes ativos vem diminuindo a cada ano. Em 2015, o Plano Agros CD-01 recebeu 100 novas inscrições.

Quadro 2 - Número de Benefícios Previdenciários de Renda Continuada, em Manutenção

Benefícios	2015			2014		
	Plano A	Plano B*	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01
Tempo de Contribuição	49	2	-	48	2	-
Por Idade	9	125	-	11	130	-
Por Invalidez	9	223	-	9	222	-
Especial	5	-	-	6	-	-
Pensão por Morte	159	159	-	160	150	-
Auxílio Doença	3	-	-	2	-	-
Auxílio Reclusão	-	-	-	-	-	-
Renda Mensal/Participante	-	-	-	-	-	-
Renda Mensal Beneficiário	-	-	-	-	-	1
Total	234	509	0	236	504	1

*Não estão incluídos no Plano B os aposentados por tempo de serviço que não recebem benefícios mensais do Agros.

O Quadro 2 indica que o Instituto encerrou o ano de 2015 pagando 743 benefícios de renda continuada por mês, sendo 234 do Plano A, 509 do Plano B e nenhum do Plano Agros CD-01. Esse número sofre variações de mês a mês, dependendo de novas concessões e de término de benefícios.

Quadro 3 - Número de Benefícios de Pagamento Único e Resgates

Benefícios	2015			2014		
	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01
Pecúlio por Morte	6	42	-	1	46	-
Auxílio Natalidade	2	8	-	2	15	-
Auxílio Funeral	2	20	-	-	12	-
Reserva de Poupança	2	-	37	1	3	33
Total	12	70	37	4	76	33

Os benefícios de pagamento único, ao contrário dos benefícios de renda continuada, não ocorrem todos os meses, e sim diante de situações eventuais. O quadro acima apresenta o aumento de uma concessão de “Pecúlio por Morte” e diminuição na quantidade de benefício “Auxílio Natalidade”. A concessão do benefício “Auxílio Funeral” apresentou aumento em 2015, assim como a quantidade de resgates “Reserva de Poupança”.

Quadro 4 - Despesas Previdenciárias, por Tipo de Benefício (Valores em mil - R\$)

Benefícios	2015			2014		
	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01

De Pagamento Continuado						
Tempo de Contribuição	2.146	-	-	1.918	-	-
Por Idade	348	1266	-	340	1.223	-
Especial	241	-	-	237	-	-
Abono de Aposentadoria	-	4	-	-	4	-
Por Invalidez	108	2057	-	102	1.897	-
Pensão por Morte	3.198	1332	-	3.065	1.193	-
Auxílio Doença	93	-	-	54	-	-
Auxílio Reclusão	-	-	-	-	-	-
Renda Mensal/Participante	-	-	-	-	-	-
Renda Mensal/Beneficiário	-	-	-	-	-	5
Total	6.134	4.659	0	5.716	4.317	5

De Pagamento Único						
Pecúlio Morte	393	3146	-	60	3.197	-
Auxílio Natalidade	5	13	-	4	25	-
Auxílio Funeral	5	47	-	-	26	-
Total	403	3.206	0	64	3.248	0

Resgate/Portabilidade						
Resgate Reserva de Poupança	9	-	240	2	44	121
Total	9	0	240	2	44	121

Outras Despesas						
Outras Deduções	-	3	1	-	3	1
Total	0	3	1	0	3	1
Total Geral	6.546	7.868	241	5.782	7.612	127

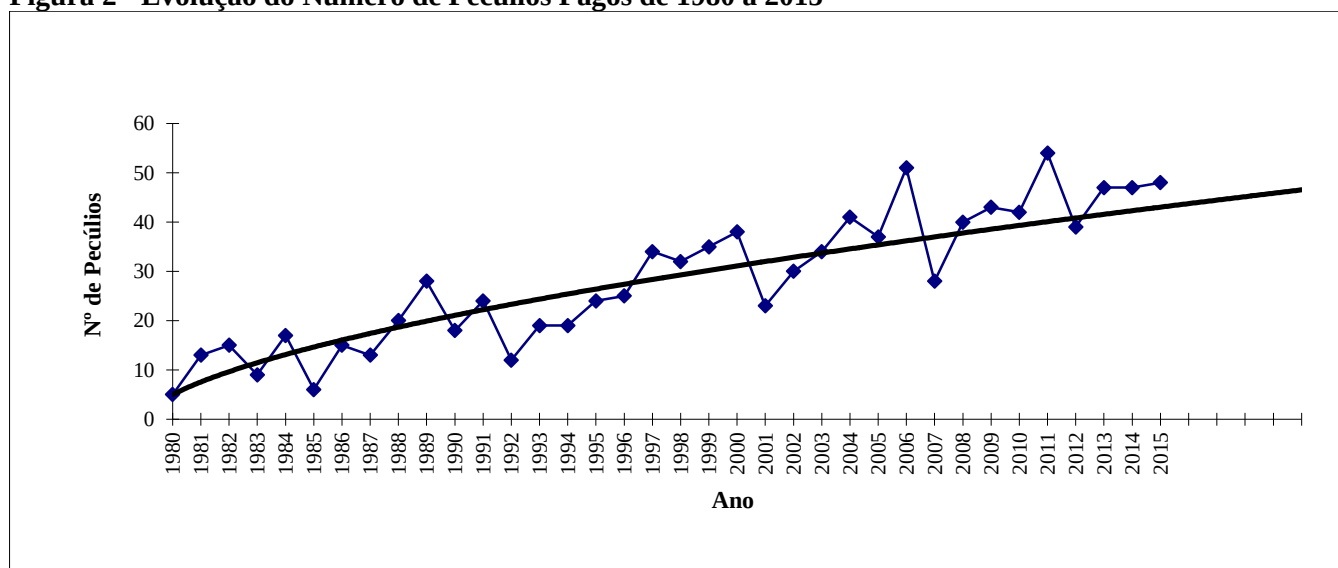
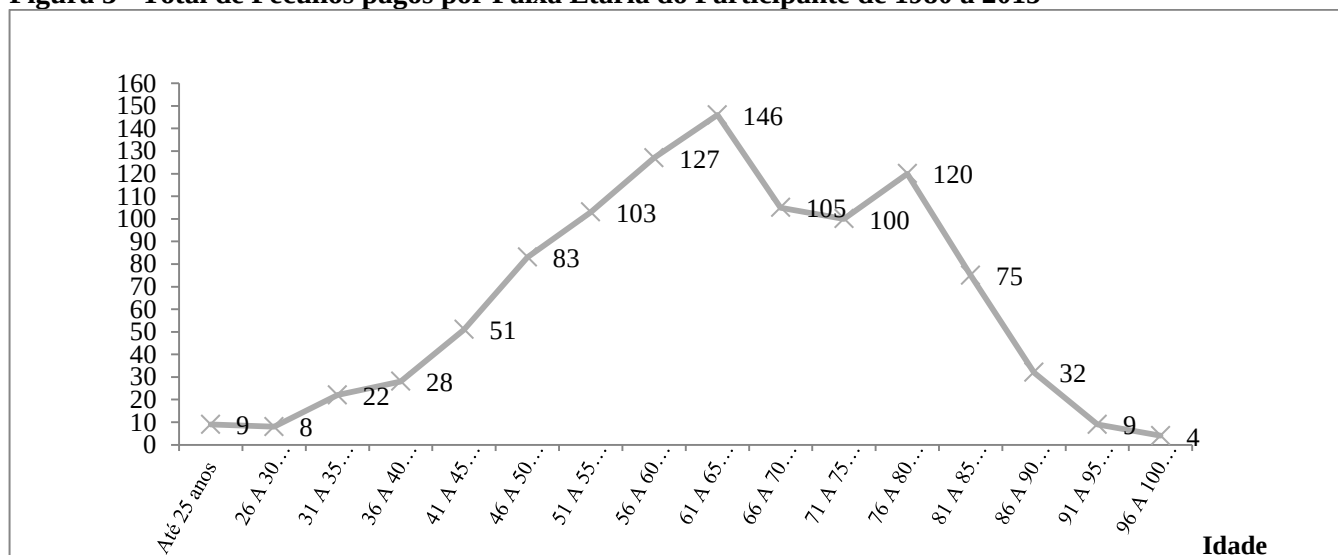
Quadro 5 - Adições Previdenciárias por Plano de Benefício (Valores em mil - R\$)

	Adições/Receitas					
	2015			2014		
	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01
Contribuições	189	676	2078	130	712	1.831
Investimentos (Líquido)	6.475	29.439	942	7.172	35.322	537
Total por Plano	6.664	30.115	3.020	7.302	36.034	2.368
Total Geral	39.799			45.704		

Quadro 6 - Deduções Previdenciárias por Plano de Benefício (Valores em mil - R\$)

	Despesas/Destações					
	2015			2014		
	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01
Pagamento de Benefícios	6.546	7.868	-	5.782	7.611	130
Cobertura das Despesas Administrativas*	29	100	21	1.341	4.121	18
Total por Plano	6.575	7.968	21	7.123	11.732	148
Total Geral	14.564			19.003		

* No ano de 2015, para a cobertura das despesas administrativas, foram apresentados apenas os recursos de origem previdenciária.

Figura 2 - Evolução do Número de Pecúlios Pagos de 1980 a 2015

Figura 3 - Total de Pecúlios Pagos por Faixa Etária do Participante de 1980 a 2015


Na figura “Evolução do Número de Pecúlios Pagos de 1980 a 2015” é possível notar a curva ascendente, o que indica envelhecimento do grupo de participantes do Agros e, conseqüentemente, crescimento na concessão deste benefício.

A figura “Total de Pecúlios Pagos por Faixa Etária do Participante de 1980 a 2015” aponta que, desde a fundação do Agros, o maior número de pecúlios foi pago após o falecimento de participantes com idade entre 61 e 65 anos.

PLANO AGROS CD-01

Figura 4 - Evolução do Número de Participantes Ativos de 2008 a 2015

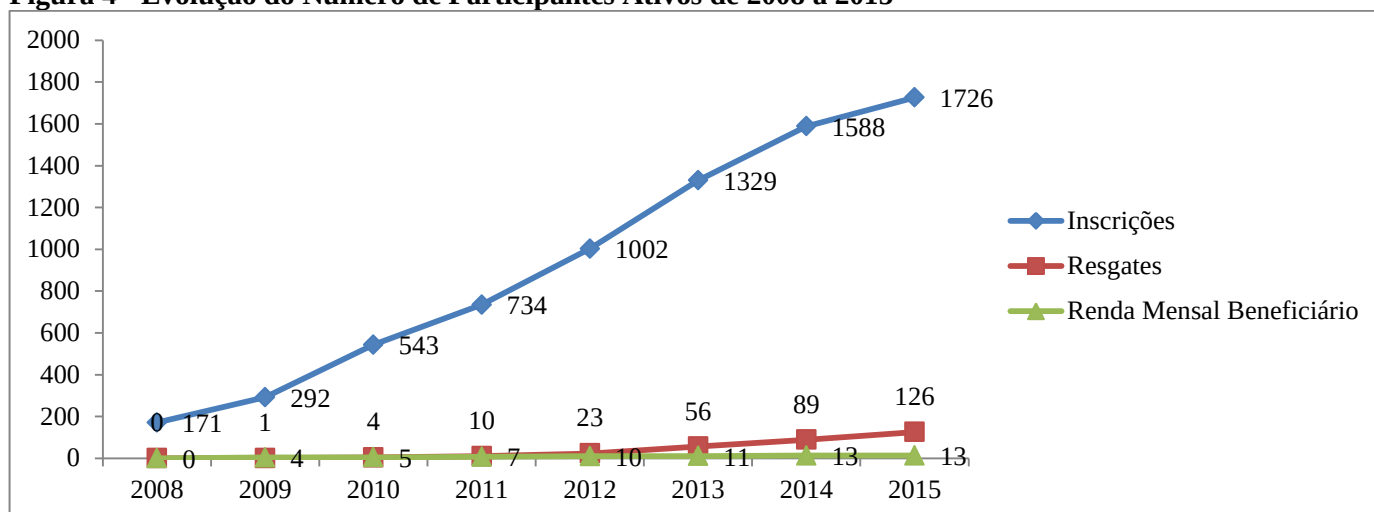


Figura 5 - Valor Anual das Contribuições Eventuais Realizadas de 2009 a 2015 (Valores em R\$)

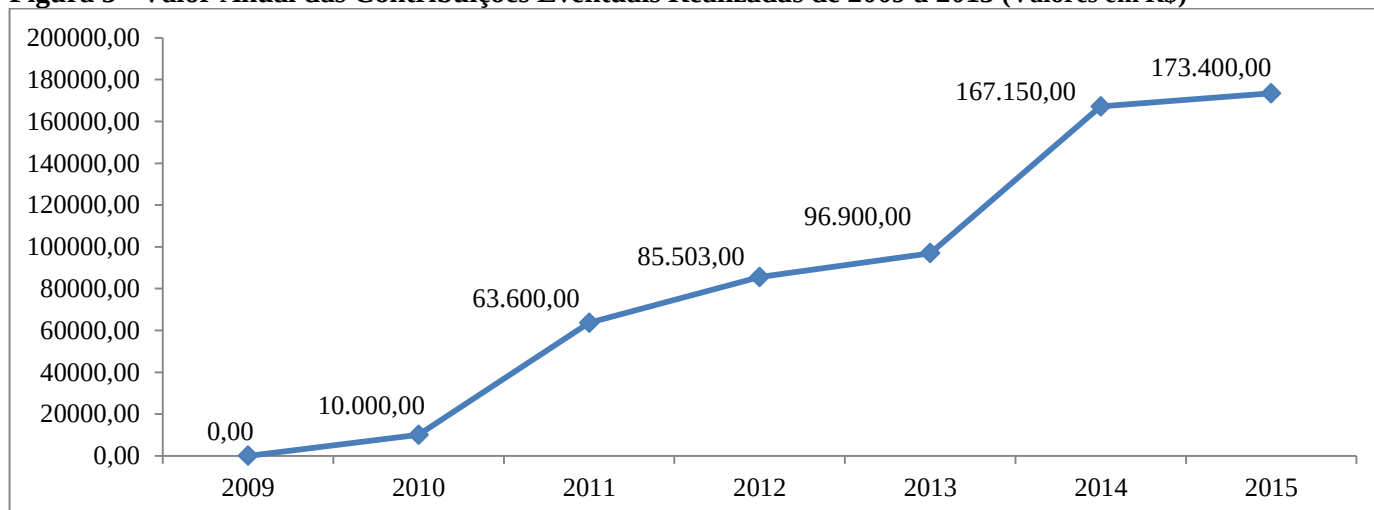


Figura 6 - Valores das Contribuições ao Plano por Número de Participantes (Valores em R\$)

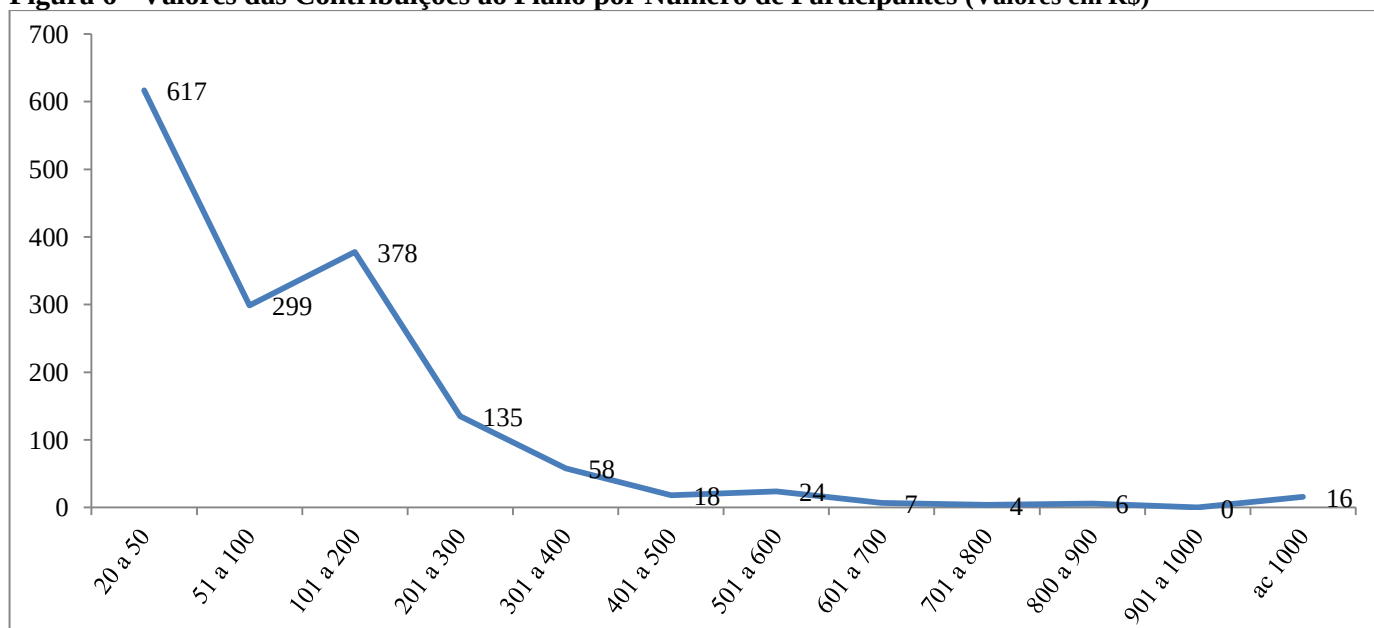


Figura 7 - Evolução do Patrimônio Social do Plano (Valores em R\$)

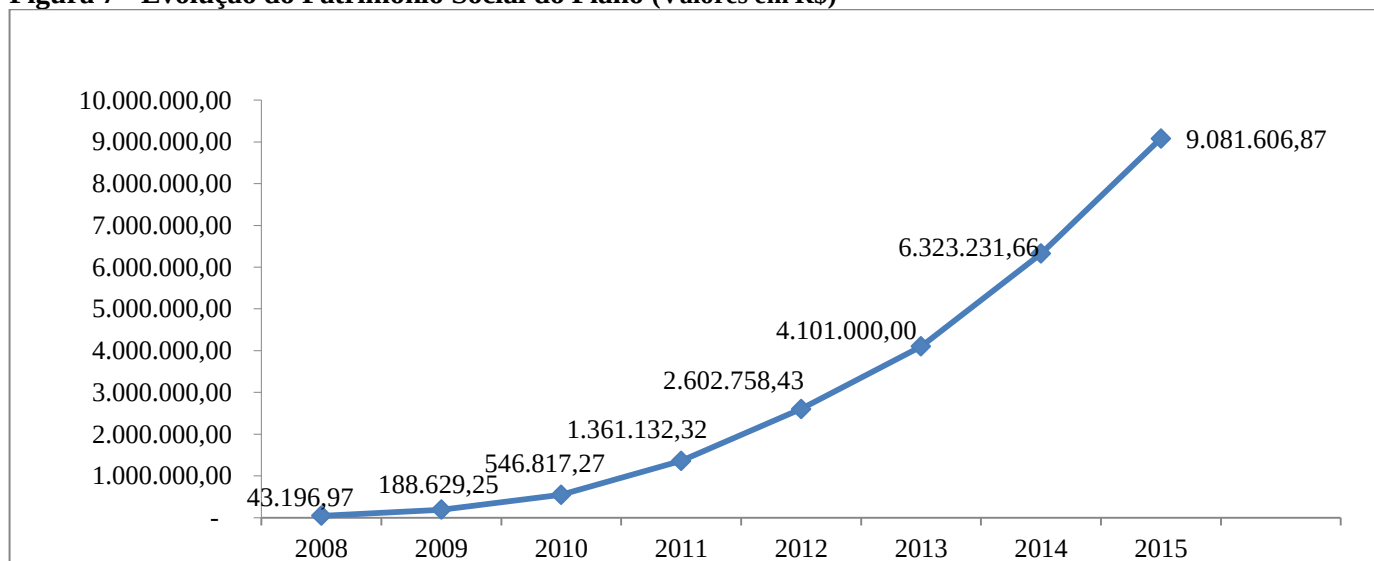
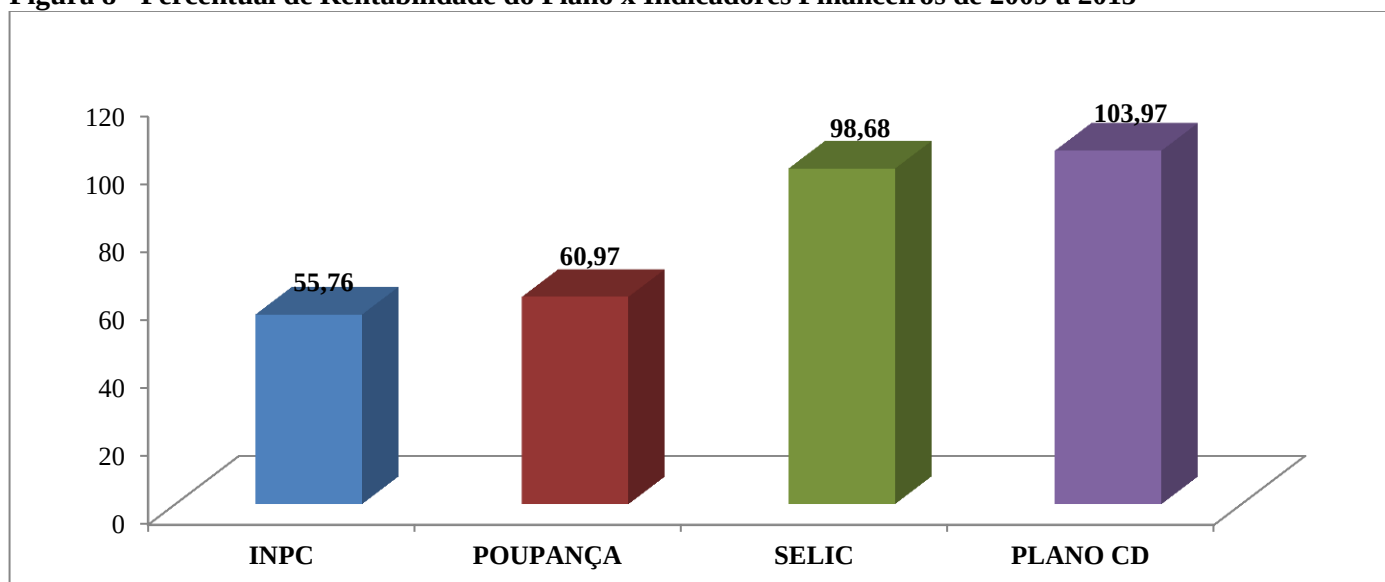


Figura 8 - Percentual de Rentabilidade do Plano x Indicadores Financeiros de 2009 a 2015



A Figura 8 demonstra que o percentual acumulado da rentabilidade do Plano Agros CD-01 de 2009 a 2015 é superior ao acumulado dos principais indicadores financeiros utilizados no país.

PLANOS ASSISTENCIAIS

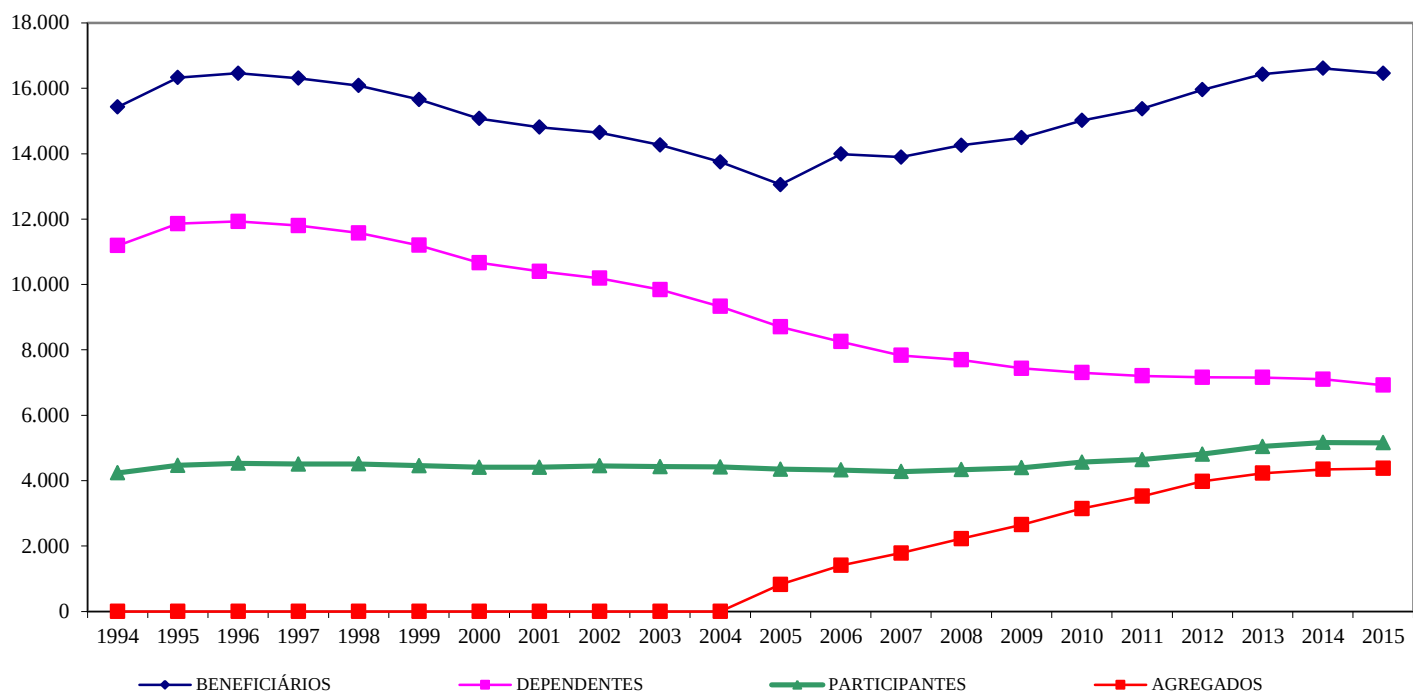
Quadro 7 - Número de Participantes e de Dependentes, por Patrocinador

Patrocinador	2015					2014					Variação Anual (%)
	Participantes	Dependentes	Dependentes Agregados	Total	%	Participantes	Dependentes	Dependentes Agregados	Total	%	
UFV	5.051	6.775	4.296	16.122	97,99	5.061	6.957	4.263	16.281	98,01	-0,98
Funarbe ¹	3	4	2	9	0,05	3	4	3	10	0,06	-10,00
Agros	98	139	67	304	1,85	97	136	69	302	1,82	-0,66
Centreinar	5	4	9	18	0,11	5	4	9	18	0,11	-
Total	5.157	6.922	4.374	16.453	100,00	5.166	7.101	4.344	16.611	100,00	-0,95

1. Funcionários da ex-patrocinadora Funarbe que continuaram vinculados ao Instituto após a rescisão do Contrato de Adesão.

Quadro 8 - Número de Participantes e de Dependentes, por Produto

Planos	2015					2014					
	Participan-tes	Dependen-tes	Dependen-tes Agregados	Total	%	Participan-tes	Dependen-tes	Dependen-tes Agregados	Total	%	Evolução (%)
PAS-UFV	7	17	-	24	0,15	7	17	-	24	0,14	0,00
Agros Saúde I com Odontologia	4.285	5.873	3.809	13.967	84,89	4.523	6.283	3.904	14.710	88,56	-5,05
Agros Saúde I sem Odontologia	602	742	460	1.804	10,96	606	780	437	1.823	10,97	-1,04
Agros Saúde II com Odontologia	27	24	1	52	0,32	23	20	1	44	0,26	18,18
Agros Saúde II sem Odontologia	9	4	5	18	0,11	7	1	2	10	0,06	80,00
Agros Saúde III sem Odontologia	40	40	19	99	0,60	-	-	-	0	0,00	0,00
Agros Saúde III com Odontologia	187	222	80	489	2,97	-	-	-	0	0,00	0,00
Agros Saúde IV sem Odontologia	-	-	-	0	0,00	-	-	-	0	0,00	0,00
Agros Saúde IV com Odontologia	-	-	-	0	0,00	-	-	-	0	0,00	0,00
Total	5.157	6.922	4.374	16.453	100,00	5.166	7.101	4.344	16.611	100,00	-0,95

Figura 9 - Evolução do Número de Usuários*, Participantes e Dependentes


* O total dos usuários equivale ao somatório dos participantes mais dependentes e agregados.

Quadro 9 - Quantidade e Valor dos Procedimentos de Saúde Utilizados¹ (Valores em R\$)

Procedimentos	2015			2014 ²			Evolução Quantidade (%)	Evolução Custo (%)
	Quantidade	Custo (R\$)	Participação do Custo (%)	Quantidade	Custo (R\$)	Participação do Custo (%)		
Consulta	68.105	6.120.371,93	15,81	68.556	6.275.362,11	15,96	-0,66	-2,47
Exames	217.244	7.878.264,74	20,36	210.924	7.891.177,79	20,07	3,00	-0,16
Proc. ambulatoriais	7.513	602.897,10	1,56	8.209	586.916,60	1,49	-8,48	2,72
Fisioterapia	27.329	493.409,53	1,27	24.092	432.156,39	1,10	13,44	14,17
Acupuntura	2.060	148.994,63	0,38	1.675	107.028,69	0,27	22,99	39,21
Hemodiálise	2.730	744.418,76	1,92	2.102	621.033,01	1,58	29,88	19,87
Hemoterapia	661	69.870,78	0,18	1.076	58.129,50	0,15	-38,57	20,20
Quimioterapia	533	2.120.564,20	5,48	572	2.161.682,60	5,50	-6,82	-1,90
Radioterapia	255	472.156,04	1,22	847	458.448,01	1,17	-69,89	2,99
Psicologia	12.133	505.766,20	1,31	12.443	528.846,81	1,34	-2,49	-4,36
Fonoaudiologia	2.321	83.834,92	0,22	1.974	71.447,43	0,18	17,58	17,34
Terapia Ocupacional	503	15.129,00	0,04	266	7.907,09	0,02	89,10	91,33
Nutrição	2.514	107.215,76	0,28	2.658	114.673,75	0,29	-5,42	-6,50
Taxas e Serviços Ambulatoriais	25.997	1.347.586,86	3,48	25.983	1.369.598,21	3,48	0,05	-1,61
Internações	2.468	17.993.098,51	46,49	2.530	18.640.461,65	47,40	-2,45	-3,47
Total	372.366	38.703.578,96	100	363.907	39.324.869,62	100	2,32	-1,58

1. As informações assistenciais prestadas à época da elaboração do RAI são objetos de auditoria e saneamento durante o ano seguinte, de modo que alguns valores podem sofrer alterações no Relatório posterior.

2. Custo de 2014 corrigidos pelo IPCA Saúde de 2015 (10,7063%).

Ressalta-se que, do valor total de “Internações” em 2015, R\$ 4.314.347,66 referem-se à aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPMEs).

Além dos valores das despesas assistenciais constantes no Quadro 9, foram utilizados R\$ 415.452,14 para a aquisição de quimioterápicos orais. Os gastos com cobertura de procedimentos por determinação judicial foi de R\$ 196.207,79. Os gastos com cobertura de procedimentos extra rol aprovados pelo Conselho Deliberativo foi de R\$ 154.181,72.

Quadro 10 - Número e Valor dos Procedimentos Odontológicos Utilizados¹ (Valores em R\$)

Classificação das Despesas Odontológicas	2015			2014 ²			Evolução Quantidade (%)	Evolução Custo (%)
	Quantidade	Custo (R\$)	Participação do Custo (%)	Quantidade	Custo (R\$)	Participação do Custo (%)		
Diagnose	7.420	232.811,60	10,15	7.459	233.692,36	9,19	-0,52	-0,38
Urgência/Emergência	612	29.862,70	1,30	676	33.918,42	1,33	-9,47	-11,96
Prevenção	6.792	180.762,40	7,88	6.935	192.948,35	7,59	-2,06	-6,32
Odontopediatria	1.185	34.525,10	1,51	1.218	36.239,71	1,43	-2,71	-4,73
Radiografia	18.412	235.935,60	10,29	18.698	251.439,93	9,89	-1,53	-6,17
Dentística	6.864	351.839,50	15,34	7.924	421.176,69	16,56	-13,38	-16,46
Endodontia	2.587	250.157,30	10,91	2.455	256.643,55	10,09	5,38	-2,53
Periodontia	7.971	350.373,50	15,28	8.196	373.406,81	14,69	-2,75	-6,17
Cirurgia	1.399	125.767,90	5,48	1.268	114.083,40	4,49	10,33	10,24
Próteses	2.465	494.358,30	21,56	2.957	620.716,44	24,41	-16,64	-20,36
Taxas	122	6.966,00	0,30	137	8.403,72	0,33	-10,95	-17,11
Total	55.829	2.293.359,90	100	57.923	2.542.669,39	100	-3,62	-9,81

1. As informações assistenciais prestadas à época da elaboração do RAI são objetos de auditoria e saneamento durante o ano seguinte, de modo que alguns valores podem sofrer alterações no Relatório posterior.

2. Custo de 2014 corrigidos pelo IPCA Saúde de 2015 (10,7063%).

Quadro 11 - Receitas Assistenciais

Receitas (Valores em mil - R\$)				
	2015		2014	
	Contribuições	Investimentos	Contribuições	Investimentos
Planos Assistenciais	49.609	4.863	43.079	4.010
Total	54.472		47.089	

Quadro 12 - Despesas Assistenciais

Despesas (Valores em mil - R\$)						
	2015			2014		
	Coberturas Assistenciais	Despesas Financeiras	Despesas Administrativas	Coberturas Assistenciais	Despesas Financeiras	Despesas Administrativas
Planos Assistenciais	47.002	201	7.113	43.568	202	5.829
Total	54.316			49.599		

DESPESAS ADMINISTRATIVAS COM PESSOAL E TERCEIROS
Quadro 13 - Demonstrativo das Despesas Administrativas com Pessoal e Terceiros (Valores de mil – R\$)

Contas	2015						2014					
	Despesas Administrativas – PGA (Pessoal e Terceiros)			Consolidado PGA	Despesas Adm. Assistenci ais Diretas	Total Geral	Despesas Administrativas - PGA (Pessoal e Terceiros)			Consolidado PGA	Despesas Adm. Assistenci ais Diretas	Total Geral
	Gestão Previdencial	Gestão Investimentos	Gestão Assistencial				Gestão Previdencial	Gestão Investimentos	Gestão Assistencial			
Pessoal e Encargos	3.518	1.812	5.390	10.720	-	10.720	3.167	1.673	5.073	9.913	-	9.913
Conselheiros	228	47	263	538	-	538	222	44	243	509	-	509
Dirigentes	277	263	204	744	-	744	249	247	179	675	-	675
Pessoal Próprio	2.990	1.493	4.898	9.381	-	9.381	2.675	1.376	4.631	8.682	-	8.682
Estagiários	23	9	25	57	-	57	21	6	20	47	-	47
Terceiriza- dos	278	3	21	345	-	302	195	2	15	212	-	212
Mão de Obra - Sede do Agros	278	3	21	302	-	302	195	2	15	212	-	212
Prestadores de Serviços	580	57	26	663	-	663	446	4	26	476	-	476
Consultoria Investimentos	-	43	-	43	-	43	-	-	-	-	-	-
Consultoria Atuarial	29	-	-	29	-	29	27	-	-	27	-	27
Consultoria Jurídica	16	-	1	17	-	17	48	1	4	53	-	53
Informática	456	13	19	488	-	488	289	2	16	307	-	307
Auditoria	79	1	6	86	-	86	82	1	6	89	-	89
Despesas Diretas do Assistencial	-	-	-	-	1.059	1.059	-	-	-	-	504	504
Serviços de Terceiros	-	-	-	-	1.059	1.059	-	-	-	-	504	504
Honorários Advocatícios	-	-	-	-	31	31	-	-	-	-	28	28
Honorários de Auditoria	-	-	-	-	192	192	-	-	-	-	180	180
Honorários Consultoria	-	-	-	-	64	64	-	-	-	-	71	71
Honorários de Serviços Técnicos de Informática	-	-	-	-	772	772	-	-	-	-	225	225
Total Geral	4.376	1.872	5.437	11.728	1.059	12.744	3.808	1.679	5.114	10.601	504	11.105

Ressalta-se que as despesas administrativas com pessoal e terceiros aumentaram em 2015, com relação a 2014, em função do novo Plano de Cargos e Salários, do Termo de Ajustamento de Conduta e da unificação dos sistemas.

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DOS PLANOS - EXERCÍCIO 2015 (PERÍODO DE REFERÊNCIA 01/2015 A 12/2015)

Plano A - Plano de Benefícios Previdenciários - Celetista

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de Juros (%)
INPC	5

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	42
Renda Variável	60	22
Imóveis	8	8
Empréstimos e Financiamentos	15	13
Investimentos Estruturados	20	10
Investimentos no Exterior	10	5

Plano B - Plano de Benefícios Previdenciários - Estatutário

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de Juros (%)
INPC	5

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	41
Renda Variável	60	21
Imóveis	8	8
Empréstimos e Financiamentos	15	15
Investimentos Estruturados	20	10
Investimentos no Exterior	10	5

Plano C – Plano de Benefícios Previdenciários Agros CD-01

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de Juros (%)
Selic	100

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	100

Planos de Benefícios Assistenciais (Planos de Saúde)

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de Juros (%)
Selic	100

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	100

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de Juros (%)
Selic	100

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	100

Os quadros desta seção demonstram as metas atuariais por plano, os limites de alocação por segmento e os alvos a serem atingidos, todos estabelecidos na Política de Investimentos do Instituto para o ano de 2015. Encontram-se, a seguir, os demonstrativos das realizações do ano.

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS EM 2015

Total das Alocações dos Recursos da Entidade (Valores em R\$)

Segmentos de Aplicação	Plano A		Plano B		Plano Agros CD-01		PGA		Assistencial		Total Geral	
	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)
Renda Fixa	67.661.876,51	47,11	303.055.991,91	56,60	9.082.041,04	100,00	42.207.979,94	100,00	39.008.373,80	100,00	461.016.263,20	59,92
Renda Variável	18.819.182,03	13,11	54.409.796,82	10,16	-	-	-	-	-	-	73.228.978,85	9,52
Imóveis	19.982.429,03	13,92	65.889.684,96	12,31	-	-	-	-	-	-	85.872.113,99	11,16
Multimercado	3.482.266,02	2,43	9.911.064,84	1,85	-	-	-	-	-	-	13.393.330,86	1,74
Investimentos no Exterior	9.661.783,33	6,73	26.452.324,37	4,94	-	-	-	-	-	-	36.114.107,70	4,69
Investimentos em Participações	6.517.871,00	4,53	17.828.882,32	3,33	-	-	-	-	-	-	24.346.753,32	3,17
Operações com Participantes	17.396.811,20	12,12	57.656.302,77	10,77	-	-	-	-	-	-	75.053.113,97	9,76
Outros Realizáveis	73.692,64	0,05	239.229,17	0,04	-	-	-	-	-	-	312.921,81	0,04
Total	143.595.911,76	100,00	535.443.277,16	100,00	9.082.041,04	100,00	42.207.979,94	100,00	39.008.373,80	100,00	769.337.583,70	100,00

Posição dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas (Valores em R\$)

Segmentos de Ativos	Plano A		Plano B		Plano Agros CD-01		PGA		Assistencial	
	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)
Títulos Públicos	40.269.574,83	28,70	179.240.111,29	34,30	-	-	22.272.919,84	52,60	124.311,50	0,32
Ações Carteira à Vista	7.536.757,53	5,37	23.751.024,28	4,55	-	-	-	-	-	-
Rendimentos e Vendas a Receber	52.510,95	0,04	199.959,50	0,04	-	-	-	-	-	-
Aluguéis de Ações	2.884.199,37	2,05	8.939.213,27	1,71	-	-	-	-	-	-
Fundos de Ações	8.345.714,18	5,94	21.519.599,77	4,12	-	-	-	-	-	-
Títulos Créditos	10.129.272,09	7,22	40.751.129,38	7,80	-	-	3.159.753,40	7,46	-	-
Títulos de Empresas	7.245.349,01	5,16	33.237.324,04	6,36	-	-	1.952.633,76	4,61	527.995,51	1,35
Multimercados	3.482.266,02	2,48	9.911.064,84	1,90	-	-	-	-	-	-
Operações com Participantes	17.396.811,20	12,39	57.656.302,77	11,03	-	-	-	-	-	-
Fundos em Participações	6.517.871,00	4,64	17.828.882,32	3,41	-	-	-	-	-	-
Investimentos Imobiliários	19.982.429,03	14,23	65.889.684,96	12,61	-	-	-	-	-	-
Certificados em Recebíveis Imobiliários	486.945,53	0,35	1.367.714,21	0,26	-	-	-	-	-	-
Tesouraria	5.238,46	-	18.566,42	-	-	-	2.524,26	0,01	860,03	-
Fundos de Rede	9.533.166,66	6,79	48.474.539,88	9,28	9.082.041,04	100,00	14.824.693,13	35,01	38.361.165,29	98,14
Fundos de Investimentos no Exterior	9.661.783,33	6,88	26.452.324,37	5,06	-	-	-	-	-	-
Receitas/Despesas	-7.670,07	-0,01	-33.393,31	-0,01	-	-	-4.544,44	-0,01	-5.958,53	-0,01
Outros Realizáveis	73.692,64	0,05	239.229,17	0,05	-	-	-	-	-	-
Disponível	49.688,39	0,04	33.409,74	0,01	-	-	132.537,21	0,32	79.683,27	0,20
Despesas de Investimentos	-187.292,66	-0,13	-671.576,79	-0,13	-	-	-	-	-	-
Contingência de Investimentos	-3.068.569,01	-2,19	-12.266.097,88	-2,35	-	-	-	-	-	-
Total	140.389.738,48	100,00	522.539.012,23	100,00	9.082.041,04	100,00	42.340.517,15	100,00	39.088.057,07	100,00

Custos da Gestão dos Recursos de Investimentos por Plano (Valores em R\$)
- Despesas Administrativas da Gestão dos Investimentos

Gestão Interna	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	PGA	Assistencial	Total
Pessoal/Encargos	452.252,19	1.358.693,88	775,22	-	-	1.811.721,29
Treinamentos / Congressos / Seminários e Estádias	5.535,25	17.190,61	7,16			22.733,02
Serviços de terceiros (Consultorias, auditoria, informática e outras)	55.521,28	137.205,05	55,75	-	-	192.782,08
Despesas Gerais	4.455,17	14.694,43	7,49	-	-	19.157,09
Total	517.763,89	1.527.783,97	845,62	0,00	0,00	2.046.393,48

- Taxas Inclusas nos Rendimentos dos Investimentos

Gestão Externa	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	PGA	Assistencial	Total
Taxa de Administração	72.930,73	328.715,80	-	46.313,59	37.644,31	485.604,42
Taxa Anbid	3.675,44	16.919,55	-	2.573,38	938,36	24.106,73
Taxa Selic	1.241,17	5.704,85	-	792,92	563,49	8.302,43
Taxa Cetip	10.766,28	49.373,31	-	8.808,40	12.104,29	81.052,29
Taxa CVM	13.066,76	56.630,87	-	7.123,33	3.634,33	80.455,30
Custódia	11.614,14	52.422,16	-	7.593,98	5.796,07	77.426,35
Custodiante Itaú	7.400,65	8.113,73	-	48.175,85	6.531,17	70.221,40
CBLIC	5,09	16,65	-	2,26	-	24,00
Auditorias	3.414,61	16.396,36	-	3.350,88	5.212,66	28.374,51
Taxas de Cartório	109,21	509,08	-	127,52	226,14	971,95
Outras e BMF	231,49	991,99	-	156,13	111,07	1.490,68
Total	124.455,58	535.794,34	0,00	125.018,25	72.761,89	858.030,06

Metas de Rentabilidade por Segmento Previstas na Política de Investimentos (%)

Segmento	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	PGA	Assistencial
Renda Fixa	11,83	11,83	12,00	12,00	12,00
Renda Variável	12,00	12,00	-	-	-
Investimentos Estruturados	15,02	15,02	-	-	-
Investimentos no Exterior	15,00	15,00	-	-	-
Imóveis	11,83	11,83	-	-	-
Operações com Participantes	12,59	14,72	-	-	-
Meta Atuarial	11,83	11,83	12,00	12,00	12,00

Rentabilidade por Segmento (%)

Segmento	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	PGA	Assistencial
Renda Fixa	14,07	13,85	13,26	13,57	13,23
Renda Variável	-17,13	-18,89	-	-	-
Investimentos Estruturados	-12,31	-14,37	-	-	-
Investimentos no Exterior	49,43	49,75	-	-	-
Imóveis	3,09	3,15	-	-	-
Operações com Participantes	17,89	22,30	-	-	-
Meta	16,84	16,84	13,29	13,29	13,29

Rentabilidade por Ativo (%)

Segmento	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	PGA	Assistencial
Renda Fixa	14,07	13,85	13,26	13,57	13,23
Fundos de Investimentos	14,07	13,85	13,26	13,57	13,23
Renda Variável	-17,13	-18,89			
Fundos de Ações	-16,57	-17,82	-	-	-
Carteira a Vista	-18,26	-20,03	-	-	-
Investimentos Estruturados	-12,31	-14,37	-	-	-
Investimento em Participações	-18,31	-21,29	-	-	-
Fundos em Multimercados	-0,05	0,05	-	-	-
Investimentos no Exterior	49,43	49,75			
Empréstimos a Participantes	17,89	22,30	-	-	-
Investimento Imobiliário	3,09	3,15	-	-	-
Recursos Garantidores	5,62	7,35	13,26	13,57	13,23

Evolução do Patrimônio Social (%)

Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	PGA	Plano Assistencial
0,68	4,79	43,62	8,25	0,49

Índices (%)

INPC	IPCA	Selic	CDI	Atuarial	Ibovespa	MSCI
11,28	10,67	13,29	13,26	16,84	-13,30	-2,74

Valor em Risco (VaR) por Plano (%)

Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	PGA	Plano Assistencial
2,52	2,09	-	0,62	0,27

Ressalta-se que as alocações dos ativos do Agros no ano de 2015, entre os diversos segmentos, respeitaram os limites de aplicação previstos nas Resoluções 3.792 do Conselho Monetário Nacional, de 24 de setembro de 2009, e 3.846, de 25 de março de 2010, e encontram-se de acordo com as metas definidas na Política de Investimentos do Agros aprovada em 9 de dezembro de 2014, por meio da Resolução nº 300/2014.

DESEMPENHO FINANCEIRO

O Brasil teve um ano difícil, seguindo o fraco desempenho dos países emergentes. Aliado a isto, o ano de 2015 foi marcado pelo conturbado cenário político-econômico brasileiro, tendo como principais acontecimentos a desvalorização cambial, a queda no preço do petróleo, a inflação alta, o desemprego e o desenrolar da operação Lava Jato, o que levou ao rebaixamento do grau de investimento do país. O Agros tentou contornar esse cenário tomando decisões dentro do que estabelece a legislação vigente e acompanhando o disposto em sua Política de Investimentos.

O desempenho financeiro apresentou resultados positivos e negativos nas rentabilidades por segmento. Os segmentos que bateram a meta atuarial foram o de Investimento no Exterior, com uma rentabilidade de 49,43% no Plano A e de 49,75% no Plano B; e o segmento de Operações com Participantes, cuja rentabilidade foi de 17,89% no Plano A e de 22,30% no Plano B. Ressalta-se que a Meta Atuarial foi de 16,84%.

Os segmentos que não alcançaram a meta foram o de Renda Variável, com rentabilidade de -17,13% no Plano A e de -18,89% no Plano B; e o de Investimentos Estruturados, com -12,31% de rentabilidade no Plano A e de -14,37% no Plano B. Vale lembrar que este segmento é de longo prazo, tendo um período de capitalização em seus investimentos, para depois, com a maturação dos mesmos, obter os resultados para os quais o investimento foi proposto.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS*

Demonstração dos Balanços Patrimoniais – Consolidado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores em mil – R\$)

Ativo	Exercício 2015	Exercício 2014	Passivo	Exercício 2015	Exercício 2014
<u>Disponível</u>	216	246	<u>Exigível Operacional</u>	2.547	2.583
			Gestão Previdencial	106	324
<u>Realizável</u>	739.853	708.405	Gestão Administrativa	2.117	1.902
Gestão Previdencial	77	114	Investimentos	324	357
Gestão Administrativa	9.447	8.485			
Investimentos	730.329	699.806	<u>Exigível Contingencial</u>	23.728	21.530
Créditos Privados e Depósitos	7	6	Gestão Administrativa	8.393	7.652
Ações	43.364	82.373	Investimentos	15.335	13.878
Fundos de Investimentos	525.720	456.502			
Investimentos Imobiliários	85.872	86.063	<u>Patrimônio Social</u>	716.150	687.001
Empréstimos	75.053	74.571	Patrimônio de Cobertura do Plano	641.398	616.403
Outros Realizáveis	313	291	Provisões Matemáticas	510.318	450.219
			Benefícios Concedidos	235.065	201.687
<u>Permanente</u>	2.356	2.463	Benefícios a Conceder	275.253	248.532
Imobilizado	2.321	2.447	Equilíbrio Técnico	131.080	166.184
Intangível	35	16	Resultados Realizados	131.080	166.184
			Superávit Técnico Acumulado	131.080	166.184
<u>Gestão Assistencial</u>	45.954	42.799	Fundos	74.752	70.598
			Fundos Previdenciais	26.501	26.501
			Fundos Administrativos	44.178	40.813
			Fundos dos Investimentos	4.073	3.284
			<u>Gestão Assistencial</u>	45.954	42.799
Total do Ativo	788.379	753.913	Total do Passivo	788.379	753.913

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido Plano A (Celetista)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
1. Ativos	155.148	153.873	0,83
Disponível	50	65	-23,08
Recebíveis	11.502	10.626	8,24
Investimentos	143.596	143.182	0,29
Créditos Privados e Depósitos	2	2	0,00
Ações	10.473	21.506	-51,30
Fundos de Investimentos	95.668	86.222	10,96
Investimentos Imobiliários	19.982	20.031	-0,24
Empréstimos	17.397	15.352	13,32
Outros Realizáveis	74	69	7,25
2. Obrigações	3.362	3.108	8,17
Operacional	294	331	-11,18
Contingencial	3.068	2.777	10,48
3. Fundos Não Previdenciais	11.641	10.708	8,71
Fundos Administrativos	11.487	10.611	8,26
Fundos de Investimentos	154	97	58,76
4 Ativo Líquido (1-2-3)	140.145	140.057	0,06
Provisões Matemáticas	132.404	116.140	14,00
Superávit / Déficit Técnico	7.741	23.917	-67,63

Demonstração do Ativo Líquido Plano B (Estatutário)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
1. Ativos	568.230	541.894	4,86
Disponível	34	84	-59,52
Recebíveis	32.753	30.301	8,09
Investimentos	535.443	511.509	4,68
Créditos Privados e Depósitos	5	5	0,00
Ações	32.890	60.866	-45,96
Fundos de Investimentos	378.763	325.165	16,48
Investimentos Imobiliários	65.890	66.031	-0,21
Empréstimos	57.656	59.219	-2,64
Outros Realizáveis	239	223	7,17
2. Obrigações	12.947	11.981	8,06
Operacional	681	880	-22,61
Contingencial	12.266	11.101	10,49
3. Fundos Não Previdenciais	36.611	33.389	9,65
Fundos Administrativos	32.692	30.202	8,24
Fundos de Investimentos	3.919	3.187	22,97
4 Ativo Líquido (1-2-3)	518.672	496.524	4,46
Provisões Matemáticas	368.832	327.756	12,53
Superávit / Déficit Técnico	123.339	142.267	-13,30
Fundos Previdenciais	26.501	26.501	0,00

Demonstração do Ativo Líquido Plano C (Agros CD-01)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
1. Ativos	9.082	6.326	43,57
Recebíveis	0	1	-
Investimentos	9.082	6.325	43,59
Fundos de Investimentos	9.082	6.325	43,59
2. Obrigações	0	3	100,00
Operacional	0	3	100,00
3. Ativo Líquido (1-2)	9.082	6.323	43,63
Provisões Matemáticas	9.082	6.323	43,63

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano A (Celetista)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	140.057	138.556	1,08
1. Adições	13.137	15.505	-15,27
(+) Contribuições Previdenciárias	189	130	45,38
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	12.948	15.375	-15,79
2. Destinações	13.048	14.004	-6,83
(-) Benefícios Previdenciários	6.546	5.782	13,21
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.473	8.203	-21,09
(-) Custeio Administrativo	29	19	52,63
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	89	1.501	-94,07
(+/-) Provisões Matemáticas	16.264	4.954	228,30
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-16.175	-3.453	368,43
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	140.146	140.057	0,06
C) Fundos Não Previdenciais	11.641	10.708	8,71
(+/-) Fundos Administrativos	11.487	10.611	8,26
(+/-) Fundos de Investimentos	154	97	58,76

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano B (Estatutário)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	496.524	468.107	6,07
1. Adições	44.801	57.674	-22,32
(+) Contribuições Previdenciárias	676	712	-5,06
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	44.125	56.962	-22,54
2. Destinações	22.653	29.257	-22,57
(-) Benefícios Previdenciários	7.868	7.612	3,36
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	14.685	21.640	-32,14
(-) Custeio Administrativo	100	5	1900,00
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	22.148	28.417	-22,06
(+/-) Provisões Matemáticas	41.076	-3.234	-1370,13
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-18.928	31.651	-159,80
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	518.672	496.524	4,46
C) Fundos Não Previdenciais	36.611	33.389	9,65
(+/-) Fundos Administrativos	32.692	30.202	8,24
(+/-) Fundos de Investimentos	3.919	3.187	22,97

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano C (Agros CD-01)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores em mil – R\$)

Descri�o		Exercício 2015	Exercício 2014	Varia�o (%)
	A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	6.323	4.101	54,18
	1. Adições	3.020	2.368	27,53
(+)	Contribuições Previdenciárias	2.078	1.831	13,49
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	942	537	75,42
	2. Destinações	262	146	79,45
(-)	Benefícios	241	127	89,76
(-)	Custeio Administrativo	21	19	10,53
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	2.758	2.222	24,12
(+/-)	Provis��es Matemáticas	2.758	2.222	24,12
	B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	9.081	6.323	43,62

Demonstr  o da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores em mil – R\$)

Descri�o		Exercício 2015	Exercício 2014	Varia�o (%)
	A) Patrimônio Social - In�cio do Exercício	718.484	685.599	4,80
	1. Adições	127.907	133.653	-4,30
(+)	Contribuições Previdenciais	2.793	2.630	6,20
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	58.014	72.875	-20,39
(+)	Receitas Administrativas	12.758	11.658	9,44
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	5.161	4.201	22,85
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	790	609	29,72
(+)	Receitas Assistenciais	48.391	41.680	16,10
	2. Destinações	98.602	100.768	-2,15
(-)	Benefícios	14.655	13.521	8,39
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	21.158	29.843	-29,10
(-)	Despesas Administrativas	14.489	12.207	18,69
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	0	87	100,00
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	65	919	-92,93
(-)	Despesas Assistenciais	48.235	44.191	9,15
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	29.305	32.885	-10,89
(+/-)	Provis��es Matemáticas	60.098	3.943	1424,17
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-35.104	28.198	-224,49
(+/-)	Fundos Administrativos	3.365	2.646	27,17
(+/-)	Fundos dos Investimentos	790	609	29,72
(+/-)	Gestão Assistencial	156	-2.511	-106,21
	B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3+4)	747.789	718.484	4,08

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios A (Celetista)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	143.660	143.262	0,28
1. Provisões Matemáticas	132.404	116.140	14,00
1.1. Benefícios Concedidos	78.564	69.206	13,52
Benefício Definido	78.564	69.206	13,52
1.2. Benefício a Conceder	53.840	46.934	14,71
Benefício Definido	53.840	46.934	14,71
2. Equilíbrio Técnico	7.741	23.917	-67,63
2.1. Resultado Realizado	7.741	23.917	-67,63
Superávit Técnico Acumulado	7.741	23.917	-67,63
Reserva de Contingência	7.741	23.917	-67,63
3. Fundos	154	97	58,76
3.1. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	154	97	58,76
4. Exigível Operacional	293	331	-11,48
4.1. Gestão Previdencial	106	88	20,45
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	187	243	-23,05
5. Exigível Contingencial	3.068	2.777	10,48
5.1. Investimentos - Gestão Previdencial	3.068	2.777	10,48

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios B (Estatutário)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	535.538	511.692	4,66
1. Provisões Matemáticas	368.832	327.756	12,53
1.1. Benefícios Concedidos	156.501	132.481	18,13
Benefício Definido	156.501	132.481	18,13
1.2. Benefício a Conceder	212.331	195.275	8,73
Benefício Definido	212.331	195.275	8,73
2. Equilíbrio Técnico	123.339	142.267	-13,30
2.1. Resultado Realizado	123.339	142.267	-13,30
Superávit Técnico Acumulado	123.339	142.267	-13,30
Reserva de Contingência	92.208	81.939	12,53
Reserva para Revisão do Plano	31.131	60.328	-48,40
3. Fundos	30.420	29.688	2,47
3.1. Fundos Previdenciais	26.501	26.501	0,00
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	3.919	3.187	22,97
4. Exigível Operacional	681	880	-22,61
4.1. Gestão Previdencial	9	234	-96,15
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	672	646	4,02
5. Exigível Contingencial	12.266	11.101	10,49
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	12.266	11.101	10,49

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios C (Agros CD-01)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2)	9.082	6.326	43,57
1. Provisões Matemáticas	9.081	6.323	43,62
1.1. Benefício a Conceder	9.081	6.323	43,62
Contribuição Definida	9.081	6.323	43,62
Saldo de contas - parcela participantes	9.081	6.323	43,62
2. Exigível Operacional	1	3	-66,67
2.1. Gestão Previdencial	1	3	-66,67

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	40.813	38.167	6,93
1. Custeio da Gestão Administrativa	17.919	15.859	12,99
1.1 Receitas	17.919	15.859	12,99
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	150	43	248,84
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.651	5.437	3,94
Taxa de Administração de Empréstimos	739	738	0,14
Receitas Diretas	24	3	-
Resultado Positivo dos Investimentos	5.161	4.201	22,85
Reembolso da Gestão Assistencial	6.081	5.409	12,42
Outras Receitas	113	28	303,57
2. Despesas Administrativas	14.554	13.125	10,89
2.1 Administração Previdencial	6.426	5.842	10,00
Pessoal e Encargos	3.520	3.167	11,15
Treinamentos/Congressos e Seminários	34	82	-58,54
Viagens e Estadias	123	114	7,89
Serviços de Terceiros	1.476	1.112	32,73
Despesas Gerais	274	326	-15,95
Depreciações e Amortizações	177	196	-9,69
Tributos	763	0	100,00
Contingências	59	845	-93,02
2.2 Administração dos Investimentos	2.047	1.874	9,23
Pessoal e Encargos	1.812	1.672	8,37
Treinamentos/Congressos e Seminários	6	65	-90,77
Viagens e Estadias	17	25	-32,00
Serviços de Terceiros	192	86	123,26
Despesas Gerais	19	17	11,76
Contingências	1	9	-88,89
2.3 Administração Assistencial	6.081	5.409	12,42
3. Resultado Negativo dos Investimentos	0	88	-100,00
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	3.365	2.646	27,17
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	3.365	2.646	27,17
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	44.178	40.813	8,24

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Agros - Instituto UFV de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) e Operadora de Planos de Saúde (OPS) na modalidade autogestão. Dessa forma, tem como órgãos reguladores e fiscalizadores a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

São dois planos previdenciários na modalidade de Benefício Definido (BD), os Planos A e B, um de Contribuição Definida (CD), o Agros CD-01, e nove planos assistenciais.

Os Patrocinadores dos Planos Previdenciários BD e dos Planos de Saúde são:

- Universidade Federal de Viçosa (UFV);
- Agros - Instituto UFV de Seguridade Social.

O Plano Previdenciário C, denominado Agros CD-01, tem como Instituidores:

- Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Universidade Federal de Viçosa (UFVCredi);
- Sindicato dos Securitários de Minas Gerais (Sindisec);
- Federação dos Contabilistas de Minas Gerais (Fecon-MG).

Em conformidade com o artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o Agros não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda a título de lucro ou participação no resultado.

Nos exercícios de 2015 e de 2014 a escrituração dos recursos aplicados pelo Instituto, bem como dos resultados alocados, como adições, deduções, rendas, variações positivas e negativas, receitas e despesas, foram registradas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão. Em 2014, o Agros iniciou aplicações em fundos de investimentos no exterior, dentro do previsto na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e definido na Política de Investimentos do Instituto. No ano de 2015, de acordo com a sua Política de Investimentos, o Agros manteve aplicações no exterior, observados os limites legais para a modalidade de aplicação.

2. PLANOS DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA

O Agros administra e disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos previdenciários, que são reconhecidos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB/Previc):

• Plano Previdenciário A (Celetista) - Benefício Definido

É o plano original do Agros, registrado no CNPB sob o nº 19.800.008-83. Esse plano de benefícios abrange:

- a. Os funcionários da UFV (ativos, aposentados e pensionistas) que não são regidos pela Lei 8.112/90, portanto, sujeitos às regras e determinações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS);
- b. Os funcionários, aposentados e pensionistas do Agros; e
- c. Os participantes ativos, aposentados e pensionistas das ex-patrocinadoras Centreinar e Funarbe.

Em 2014, um participante mudou sua condição no Plano A, passando de autopatrocinado para participante em Benefício Proporcional Diferido (BPD), mantendo durante o exercício de 2015 esta condição.

O custeio do Plano A para 2015, foi definido da seguinte forma: para participantes ativos e autopatrocinados, contribuição de 0,2% do salário de participação, cujos participantes tenham adesão anterior a 01/01/2006, e para adesões após esta data, contribuição de 2,5 % sobre o salário de participação

acrescido de 8% sobre o excesso do salário de participação em relação ao teto da previdência social, conforme Resolução nº 297/2014 do Conselho Deliberativo (CDE). Os participantes assistidos contribuem com percentual de 0,2 sobre os seus benefícios. Para os participantes em BPD, o custeio é calculado individualmente pelo atuário.

• Plano Previdenciário B (Estatutário) - Benefício Definido

Esse plano de benefícios, registrado no CNPB sob o nº 19.920.001-74, abrange todos os servidores da UFV regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU).

Em julho de 2010, atendendo aos normativos sobre destinação voluntária do superávit, o Conselho Deliberativo aprovou a Resolução nº 238/2010, determinando a redução do percentual de contribuição dos participantes ativos e autopatrocinados do Plano B para 0,2%, implantada a partir de agosto de 2010, exceto para aqueles que aderiram ao plano entre janeiro e abril de 2007, para os quais foi mantido os percentuais devidos conforme previsto no regulamento. O custeio para o ano de 2015 foi ratificado pela Resolução nº 309/2015 do Conselho Deliberativo.

• Plano Previdenciário C (Agros CD-01) - Contribuição Definida

Também chamado de Plano Instituidor, o Plano Previdenciário Agros CD-01, aprovado pela Portaria SPC nº 2.174, de 2 de abril de 2008, tem seu registro no CNPB sob o nº 20.080.010-83. Por sua característica de instituidor, os participantes deste plano são vinculados por meio dos convênios com os instituidores UFVCredi, Sindisec e Fecon-MG.

O Instituto adota o regime financeiro de capitalização para cálculo das provisões matemáticas dos Planos A, B e Agros CD-01.

As metas atuariais para o ano de 2015 dos planos previdenciários de benefício definido, A e B, correspondem à variação do INPC, acrescida de 5% a.a.

2.1. Quadro resumo dos Planos de Benefícios Previdenciários

Planos	CNPB	Modalidade	Participantes					Total	Idade Média
			Ativos	Autopatrocinados	BPD	Assistidos	Pensionistas		
Plano A	CNPB nº 19.800.008-83	BD	74	4	1	75	159	313	58
Plano B	CNPB nº 19.920.001-74	BD	3.711	78	0	350	159	4.298	60
Plano C -Agros CD-01	CNPB nº 20.080.010-83	CD	1.420	160	0	-	-	1.580	37

3. APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas separadamente para cada segmento das atividades-fins (previdenciária e assistencial), em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB), pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar e às Operadoras de Planos de Saúde.

O Agros apresenta as informações segregadas por plano de benefícios e plano de gestão administrativa (PGA), desde a origem até o seu registro na contabilidade, proporcionando um conjunto de informações consistentes e transparentes.

3.2. Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis podem ser resumidos como segue:

3.2.1. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas como: provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

3.2.2. Moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Contábeis

A moeda funcional da entidade é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis que estão em forma comparativa, com as duas colunas (exercício atual e anterior), possibilitando a verificação da evolução ou involução patrimonial.

3.3. Regime de Contabilização

As operações são registradas e apuradas em regime de competência, com exceção do plano Agros CD-01 que, no recebimento de contribuições, utiliza o regime de caixa.

3.4. Apuração dos Fluxos de Investimentos

Os resultados positivos ou negativos dos investimentos são apurados no Fluxo de Investimentos de cada plano.

4. COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS (BENS E DIREITOS)

4.1. Ativo Disponível

O Agros mantém volume mínimo em conta corrente bancária, com o objetivo de suprir os gastos imediatos das atividades dos planos, dentro de uma orientação de fluxo de caixa.

4.1.1. Composição do Ativo Disponível por Plano (Valores em mil - R\$)

Ativo Disponível	2015	2014
Plano A – CLT	50	65
Plano B – RJU	34	84
Plano C – Agros CD-01	0	1
PGA	132	96
Total	216	246

4.2. Ativo Realizável da Gestão Previdencial

As contribuições dos patrocinadores e dos participantes são contabilizadas pelo regime de competência. As contribuições em atraso da Patrocinadora UFV são atualizadas monetariamente até a data de referência das demonstrações contábeis, com base na variação da Taxa Referencial (TR) acrescida de 1% ao mês, sem incidência de multa.

O Instituto registra provisão referente aos direitos creditórios pendentes de liquidação sobre os valores a receber em atraso, tais como: dívidas do patrocinador, contratos de empréstimos e aluguéis a receber. Para constituição dessas provisões sobre valores a receber em atraso são adotados os seguintes percentuais:

Porcentagem	Período de atraso
25	61 a 120 dias
50	121 a 240 dias
75	241 a 360 dias
100	> 360 dias

4.2.1. Composição do Ativo Realizável da Gestão Previdencial por Plano (Valores em mil - R\$)

Ativo Realizável	Consolidado	
	2015	2014
Contribuições Normais do mês a receber de Patrocinadores	7	7
Contribuições Normais do mês a receber de Participantes	57	56
Contribuições Normais do mês a receber de Autopatrocinados	2	1
Contribuições Normais em atraso a receber de Patrocinador	57.364	49.927
Contribuições sobre o 13º Salário a receber de Participantes	9	49
Contribuições sobre o 13º Salário a receber de Autopatrocinado	2	1
(-) Provisão para Perdas s/Créditos de Liquidação Duvidosa	-57.364	-49.927
Total	77	114

4.3. Ativo Realizável da Gestão Administrativa

O Instituto registra, em seu ativo realizável da gestão administrativa, as despesas que incidirão nos resultados de meses subsequentes, como também os depósitos judiciais, os adiantamentos de férias e 13º salários dos funcionários e diretores, os adiantamentos a fornecedores e os recursos a receber dos planos de benefícios referentes aos custeios administrativos.

4.3.1. Composição do Ativo Realizável da Gestão Administrativa (Valores em mil - R\$)

Ativo Realizável	PGA	
	2015	2014
Contas a Receber	5	0
Despesas Antecipadas	352	362
Depósitos Judiciais / Recursais	8.393	7.652
Outros Realizáveis - Adiantamentos	86	107
Outros Realizáveis - Valores a Receber	611	364
Total	9.447	8.485

4.4. Ativo Realizável dos Investimentos

Os investimentos dos planos de benefícios previdenciários e administrativo são contabilizados no ativo realizável, sendo segregados por plano de benefícios e alocados em segmentos de mercado, de acordo com os normativos legais e as definições da Política de Investimentos do Agros.

Renda Fixa e Renda Variável: O Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), por meio da Resolução nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e disposições complementares, estabeleceu novos critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, a partir de 1º de janeiro de 2002. A classificação e o critério de avaliação dos títulos divide-se em duas categorias distintas, como segue:

- **Títulos para negociação:** Referem-se a títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- **Títulos mantidos até o vencimento:** Referem-se a títulos e valores mobiliários avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do exercício, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira do Instituto para mantê-los em carteira até o vencimento.

Os *Investimentos Imobiliários* estão registrados pelo valor reavaliado, como determinam a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, a Resolução CGPC nº 08, de 31/10/2011 e a Instrução Normativa SPC nº 34, de 24/09/2009, que preveem avaliação pelo menos a cada três anos. De acordo com a Política de

Investimentos do Agros para o Exercício de 2015, aprovada pela Resolução do CDE nº 300/2014, de 09/12/2014, a reavaliação dos imóveis do Instituto deve ser feita anualmente. A última avaliação ocorreu em novembro de 2015, tendo seus resultados contabilizados no próprio exercício, em dezembro de 2015. Os trabalhos de reavaliação dos imóveis foram realizados pela empresa Raja Engenharia Ltda.

As Operações com Participantes (empréstimos) estão avaliadas pelo valor contratado, sendo estes corrigidos pelo INPC/IBGE, acrescidas de juros de 0,54% ao mês e taxa de administração de 0,10% ao mês. Nas operações de empréstimos incidem ainda a Taxa de Quitação por Morte (TQM) e a Taxa para formação do Fundo Garantidor de Prestações (FGP), esta de contratação opcional, que variam de acordo com a reavaliação da Assessoria Atuarial. Os prazos de pagamento previstos para os empréstimos variam de 6 a 72 meses.

4.4.1. Composição dos Investimentos (Valores em mil - R\$)

Tipos de Investimentos	Consolidado	
	2015	2014
Créditos Privados e Depósitos	7	6
Ações	43.364	82.373
Fundos de Investimentos	525.720	456.502
Investimentos Imobiliários	85.872	86.063
Empréstimos e Financiamentos	75.053	74.571
Outros Realizáveis	313	291
Total	730.329	699.806

Os quadros a seguir apresentam as composições de investimentos por segmentos.

4.4.2. Composição de Valores em Créditos Privados e Depósitos (Valores em mil - R\$)

Créditos Privados e Depósitos	Consolidado	
	2015	2014
Companhias Abertas – Debêntures não Conversíveis	7	6
Total	7	6

4.4.3. Composição de Valores em Ações (Valores em mil - R\$)

Ações	Consolidado	
	2015	2014
Ações – Companhias Abertas	43.364	82.373
Total	43.364	82.373

4.4.4. Composição de Valores em Fundos de Investimentos (Valores em mil - R\$)

Fundos de Investimentos	Consolidado	
	2015	2014
Quotas de Fundos – Renda Fixa	420.146	359.169
Quotas de Fundos – Ações	29.865	45.497
Quotas de Fundos – Multimercado	13.393	10.446
Quotas de Fundos – Participações (*)	24.347	27.822
Quotas de Fundos – Imobiliário	1.855	1.805
Quotas de Fundos – Outros - Fundos de Investimentos no Exterior	36.114	11.763
Total	525.720	456.502

(*) Os recursos em “Quotas de Fundos de Investimentos – Participações” representa a parte do Agros no empreendimento Hospital Lifecenter e corresponde a 33,45% do total do empreendimento. Esta aplicação em Fundo denomina-se “FIP (Fundo de

Investimentos em Participações) Lacan Minas Gerais”, que foi criado para dar continuidade ao empreendimento no Hospital Lifecenter, tendo cada cotista permanecido com a mesma participação que detinha no fundo anterior.

4.4.4.1. Os títulos dos fundos exclusivos a serem mantidos até o vencimento, representados pelo valor líquido, estão representados a seguir (Valores em mil - R\$)

Período	Valor
2016	1.174
2017	55.136
2018	3.432
2019	40.399
2020	6.160
2022	6.266
2023	4.608
2035	35.208
2040	8.429
Total	160.812

4.4.4.2. O Instituto classificou seus títulos e valores mobiliários de renda fixa existentes em 31 de dezembro de 2015, conforme descrito abaixo: (Valores em mil - R\$)

Títulos e Valores Mobiliários	Títulos Mantidos até o Vencimento (1)		Títulos para Negociação (2)
	Custo	Mercado	Mercado
Carteira Própria e Fundos Exclusivos	-	-	-
Aplicação em Instituições Financeiras	-	-	-
Quotas de Fundos Exclusivos de Investimentos – Renda Fixa	-	160.812	177.413
Companhias Abertas (Título de Empresas)	-	7	-
Total da Carteira Própria e Fundos Exclusivos	-	160.819	177.413
Carteiras Administradas por Terceiros	-	-	-
Quotas de Fundos de Investimentos Financeiros - Renda Fixa - Fundos não Exclusivos	-	-	81.914
Total das Carteiras Administradas por Terceiros	-	-	81.914
Total de Investimentos em Renda Fixa	-	160.819	259.327

(1) Valor de aquisição acrescido dos rendimentos obtidos calculados “pró-rata tempore”.

(2) Valor líquido provável de realização obtido mediante aplicação de modelo ou técnica de precificação.

O Instituto tem intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

4.4.5. Composição de Valores dos Investimentos Imobiliários (Valores em mil - R\$)

Investimentos Imobiliários	Consolidado	
	2015	2014
Imóveis em Construção	51	18
Imóveis - Uso Próprio	612	660
Imóveis - Locadas à Patrocinador (es)	5.519	6.118
Imóveis - Locadas a Terceiros	78.801	77.372
Subtotal (1)	84.983	84.168
Aluguéis e Direitos a Receber (e)	2.391	1.909
(-) Provisão p/ Perda s/ Crédito de Liquidação Duvidosa (f)	-1.502	-14
Subtotal (2)	889	1.895
Total	85.872	86.063

A variação observada no item (f) Provisão para Perda sobre Crédito de Liquidação Duvidosa é justificada pelo reconhecimento da totalidade do valor da Repactuação de Dívida do Hospital Lifecenter, relativo aos aluguéis pendentes de liquidação, conforme características do Termo de Acordo e Confissão de Dívida, assinado em 25 de novembro de 2014. O saldo residual do valor repactuado, em 31/12/2015, monta a importância de R\$ 1.311 mil.

4.4.5.1. Composição de Valores da Reavaliação Imobiliária (Valores em mil - R\$)

Reavaliação Imobiliária	Consolidado		
	Valor após a Reavaliação 2015	Valor Contábil da Reavaliação 2014	Resultado Reavaliação (*) 31/12/2015
Imóvel de Uso Próprio	612	660	-48
Edificações Locadas à Patrocinadora	5.519	6.118	-599
Edificações Locadas a Terceiros	78.801	77.372	1.429
Total	84.932	84.150	782

(*) O resultado da Reavaliação Imobiliária em 31 de dezembro de 2015 é decorrente do reconhecimento contábil da posição dos Imóveis, com base nos Laudos Técnicos.

4.4.5.2. Composição individualizada por Imóvel (Valores em mil - R\$)

Descrição	Histórico	Data da Avaliação ou Reavaliação	Data do Registro Contábil	Avaliador Responsável		Valor Após Reavaliação 2015	Valor Após Reavaliação 2014	Variação 2015/2014 Reavaliação	Vida Útil
				Razão Social	CNPJ				
CCABF	Locadas a Terceiros	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia	02.651.291.0001/03	36.908	34.823	2.085	480
ECBM 4, 5, 8 E 12º	Locadas a Terceiros	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia	02.651.291.0001/03	5.709	5.898	-189	300
ECBM 6º	Locadas a Terceiros	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia	02.651.291.0001/03	1.427	1.537	-110	300
ECBM 7º	Locadas a Terceiros	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia	02.651.291.0001/03	1.277	1.387	-110	300
ECBM ERBH	Uso Próprio	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia	02.651.291.0001/03	612	660	-48	300
ECBM LOJA 01	Locadas a Terceiros	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia	02.651.291.0001/03	252	324	-72	300
ECBM LOJA 02	Locadas a Terceiros	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia	02.651.291.0001/03	1.596	1.836	-240	300
ECBM PATROC	Patrocinadora	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia	02.651.291.0001/03	4.569	5.212	-643	300
ED. BRAS RC	Patrocinadora	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia	02.651.291.0001/03	950	906	44	480
GALPÃO 10	Locadas a Terceiros	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia	02.651.291.0001/03	1.834	1.800	34	420
LIFECENTER	Locadas a Terceiros	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia	02.651.291.0001/03	22.503	22.573	-70	456
MIRAFIORI	Locadas a Terceiros	30/11/2014	30/12/2014	Raja Engenharia	02.651.291.0001/03	7.295	7.194	101	204
TOTAL	...	...	...	...	...	84.932	84.150	782	...

A edição da Instrução Previc nº 15/2014, de 12 de novembro de 2014, alterou a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. O seu Art. 6º - “letra a” autoriza a dispensa do registro da depreciação para os planos de benefícios que realizam reavaliação dos investimentos imobiliários anualmente. Dessa forma, o Agros passou a não fazer o registro da depreciação dos seus imóveis a partir do exercício de 2015, tendo como base a Política de Investimento de 2015, que também formalizou a opção de Reavaliação Anual dos Imóveis.

4.4.6. Composição de Valores dos Empréstimos (Valores em mil - R\$)

Empréstimos	Consolidado	
	2015	2014
Empréstimos a Participantes	64.472	65.486
(-) Provisão p/ Perda s/ Crédito de Liquidação Duvidosa	-2.691	-2.334
Empréstimo de Amortização Aleatória Diferida – EMAADI ⁽¹⁾	13.272	11.419
Total	75.053	74.571

(1) Os saldos dessa conta correspondem à concessão, aos participantes do Plano A, das importâncias equivalentes ao valor da Reserva de Poupança de cada um, sob a forma de Empréstimo de Amortização Aleatória Diferida (EMAADI), com base em estudos atuariais e aprovação do Conselho Deliberativo. As amortizações ocorrem à medida que esses participantes se aposentam, com a aplicação de um fator redutor sobre os benefícios a serem pagos, operacionalizadas em forma de desconto mensal na Folha de Benefícios.

4.4.7. Composição de Valores dos Outros Realizáveis (Valores em mil - R\$)

Outros Realizáveis	Consolidado	
	2015	2014
Coparticipações – Poupança Fiança-Caução	310	288
. Depósitos de Locatários em Fiança de Contratos de Aluguéis	310	288
Outros Valores a Realizar	3	3
. Tributo a ser recuperado em processo administrativo com a SRF	3	3
Total	313	291

4.5. Ativo Permanente

Representa os bens necessários ao funcionamento do Instituto. Tais bens são registrados ao custo de aquisição e depreciados pelo método linear, com base em taxas anuais aplicáveis. O Agros mantém fundo administrativo correspondente ao Permanente, no PGA, contabilizado de forma destacada em seus registros analíticos.

Natureza Contábil	Taxa Anual de Depreciação / Amortização (%)
Instalações	10
Móveis e Utensílios	10
Máquinas e Equipamentos	10
Veículos	20
Ambulância	33
Biblioteca	10
Sistema de Comunicação	10
Computadores e Periféricos	20
Edificações de Uso Próprio	2
Software	20

4.5.1. Composição do Ativo Permanente (Valores em mil - R\$)

Ativo Permanente	PGA	
	2015	2014
Imobilizado		
Instalações	3	4
Móveis e Utensílios	174	201
Máquinas e Equipamentos	87	110
Veículos	30	56
Biblioteca	6	5
Sistema de Comunicação	6	6
Computadores e Periféricos	69	73
Edificações de Uso Próprio – Sede do AGROS	1.946	1.992
Subtotal (1)	2.321	2.447
Intangível		
Software	35	16
Subtotal (2)	35	16
Total (1+2)	2.356	2.463

Os valores registrados na conta de ativos intangíveis são de aquisições de softwares necessários às atividades dos planos do Agros, bem como aqueles vinculados às estações de hardwares. Estes bens estão avaliados pelo valor de aquisição e estão sendo amortizados à taxa de 20% (vinte por cento) ao ano.

5. COMPOSIÇÃO DO PASSIVO (OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS)

5.1. Exigível Operacional da Gestão Previdencial

Representa os valores dos compromissos de curto prazo da Gestão Previdencial dos Planos Previdenciários do Agros: A, B e Agros CD-01.

5.1.1. Composição do Exigível Operacional da Gestão Previdencial (Valores em mil - R\$)

Exigível Operacional	Consolidado	
	2015	2014
Benefícios a pagar	0	233
Retenções a Recolher	106	91
Outras Exigibilidades	0	0
Total	106	324

5.2. Exigível Operacional da Gestão Administrativa

Representa os valores dos compromissos de curto prazo do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

5.2.1. Composição do Exigível Operacional da Gestão Administrativa (Valores em mil - R\$)

Exigível Operacional	PGA	
	2015	2014
Pessoal e Encargos a Pagar	1.699	1.526
Serviços de Terceiros	131	95
Fornecedores	4	21
Retenções a Recolher	262	238
Tributos a Pagar	1	1
Valores a Pagar aos Planos de Benefícios	20	21
Total	2.117	1.902

5.3. Exigível Operacional de Investimentos

Representa os valores dos compromissos de curto prazo da gestão dos investimentos.

5.3.1. Composição do Exigível Operacional de Investimentos (Valores em mil - R\$)

Exigível Operacional	Consolidado	
	2015	2014
Investimentos Imobiliários	14	0
. Serviços de terceiros (relativo a Carteira de Imóveis)	14	0
Operações com Participantes	0	69
. Concessão de empréstimos para liquidação no mês seguinte	0	69
Outras Exigibilidades	310	287
. Poupança - Fiança-Caução Contrapartida do depósito do locatário em garantia no contrato	310	287
Valores a Conciliar – Crédito em conta não identificado	0	1
Total	324	357

5.4. Exigível Contingencial

Representa os valores provisionados para processos judiciais e administrativos referentes às atividades da Gestão Administrativa e de Investimentos, respaldados na opinião dos consultores e assessores jurídicos do Instituto.

O Agros constituiu provisão em montante suficiente para cobrir prováveis perdas em ações judiciais envolvendo questões tributárias, aspectos civis e outros assuntos.

5.4.1. Composição do Exigível Contingencial (Valores em mil - R\$)

Exigível Contingencial	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2015	Acréscimo/ Decrésc. em 2015	Saldo em 31/12/2014
Gestão Administrativa	8.393	741	7.652
Investimentos	15.335	1.457	13.878
Total	23.728	2.198	21.530

As Contingências Passivas reconhecidas nos Planos Previdenciários A e B têm natureza tributária e referem-se à Ação Ordinária **2007.38.00.021941-5** (ação principal do Processo nº 2007.38.00.012123-4), que discute a legalidade da cobrança de PIS/COFINS das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, uma vez que nessas entidades não se fala nem em lucro nem em faturamento, base de cálculo dos tributos. A probabilidade de ocorrência de perda é possível, sendo contabilizada a atualização monetária mensal da Notificação e da Multa, proporcionalmente nos Planos A, B e Assistencial. A discussão processual encontra-se em 1º Instância do Tribunal de Justiça.

A contingência reconhecida no Plano de Gestão Administrativa (PGA), também é de natureza tributária e refere-se ao Processo nº **2006.38.01.000597-8**, que trata do questionamento judicial do Agros diante da suspensão de exigibilidade do crédito tributário ligado as contribuições para o PIS/PASEP e para a COFINS. De 15/03/2006 a dezembro de 2014 o Agros realizou depósitos judiciais mensais desde a propositura da ação. A partir de janeiro de 2015, com base na IN 1.544/2015, e por orientação da consultoria jurídica da Abrapp, o Agros passou a efetuar o recolhimento do PIS e da COFINS direto aos cofres da Secretaria da Receita Federal (SRF).

5.5. Patrimônio Social

O Patrimônio Social representa os recursos líquidos dos Planos.

5.5.1. Composição do Patrimônio Social (Valores em mil - R\$)

Patrimônio Social	2015	2014
Plano A – CLT	151.786	150.765
Plano B – RJU	555.283	529.913
Plano C – Agros CD-01	9.081	6.323
Saldo no Final do Exercício	716.150	687.001

5.5.2. O Patrimônio de Cobertura dos Planos

O Patrimônio de Cobertura dos Planos é formado pelo conjunto de contas que registram os compromissos atuariais e o excedente patrimonial apurado na contabilidade dos planos, representando seus resultados (superávit / déficit). Os valores das Provisões Matemáticas consignadas nas demonstrações contábeis foram determinados pelos cálculos da assessoria atuarial da Atest Consultoria Atuarial.

5.5.2.1. Provisões Matemáticas

Resultam de cálculos atuariais do valor atual dos compromissos futuros referentes aos benefícios decorrentes de aposentadorias e de pensões a serem pagas aos participantes, deduzidos do valor atual das contribuições futuras. Os valores contabilizados estão respaldados em avaliação atuarial que é realizada anualmente, cuja data de referência para o cálculo foi o mês de Julho de 2015, tendo seus efeitos reconhecidos no mês de dezembro de 2015, quando da emissão dos relatórios da referida avaliação atuarial.

5.5.2.2. Composição das Provisões Matemáticas (Valores em mil - R\$)

Provisões Matemáticas	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2015	Constituição ou Reversão em 2015	Saldo em 31/12/2014
Benefícios Concedidos	235.065	33.378	201.687
Benefício Definido (BD)	235.065	33.378	201.687
Benefícios Programados do Plano c/ os Atuais Assistidos - BD	53.793	9.481	44.312
- Benefícios Programados	53.793	9.481	44.312
Benefícios Não Programados do Plano c/ os Atuais Assistidos - BD	181.272	23.897	157.375
- Benefícios Não Programados	181.272	23.897	157.375
Benefícios a Conceder	275.253	26.721	248.532
Contribuição Definida (CD)	9.082	2.759	6.323
Saldo de Contas - Parcela Participantes	9.082	2.759	6.323
Benefício Definido (BD)	266.171	23.962	242.209
Benefícios Programados do Plano c/ os Futuros Assistidos – BD	189.102	31.174	157.928
- Benefícios Programados	189.102	31.174	157.928
Benefícios Não Programados do Plano c/ os Futuros Assistidos - BD	77.069	-7.212	84.281
- Benefícios Não Programados	77.069	-7.212	84.281
Total das Provisões Matemáticas	510.318	60.099	450.219

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - Geração Atual: corresponde ao valor atual dos compromissos futuros com participantes assistidos e beneficiários em gozo de benefício.

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder: são provisões atuariais correspondentes à diferença entre o valor dos benefícios para a geração atual que ainda não esteja em gozo de benefício e o valor dos benefícios para a geração futura, menos o valor das contribuições das patrocinadoras, da geração atual e das gerações futuras, segregada como segue:

- Benefícios do Plano - Geração Atual: correspondem ao valor atual dos benefícios a serem pagos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício (participantes ativos).
- Outras Contribuições da Geração Atual: correspondem ao valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a receber das patrocinadoras e dos integrantes da geração atual, que ainda não estejam em gozo de benefício.
- Benefícios do Plano com Gerações Futuras: correspondem ao valor atual dos benefícios a serem pagos aos integrantes das gerações futuras, descontado do valor atual das contribuições futuras por eles devidas quando em gozo de benefício.

5.6. Equilíbrio Técnico – Resultados Realizados

Os valores contabilizados como resultados dos planos de benefícios definidos são alocados em Reserva de Contingência até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as Provisões Matemáticas, e em Reserva Especial para Revisão do Plano o que exceder a este limite na apuração do resultado.

Os resultados realizados decorrem da apuração contábil nos balancetes de cada plano, que significa o confronto entre os recursos arrecadados e os recursos utilizados, adicionando-se os fluxos financeiros obtidos (positivo ou negativo) dos investimentos, deduzindo, ainda, os custeios administrativos.

5.6.1. Composição dos Resultados Realizados (Valores em mil - R\$)

Resultados Realizáveis	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2015	Constituição ou Reversão em 2015	Saldo em 31/12/2014
Superávit Técnico Acumulado	131.080	-35.104	166.184
Reserva de Contingências	99.949	-5.907	105.856
Reserva Especial para Revisão do Plano	31.131	-29.197	60.328
Total dos Resultados Realizáveis	131.080	-35.104	166.184

Superávit Técnico Acumulado: corresponde à sobra patrimonial em relação às reservas matemáticas líquidas, composta como segue:

- Reserva de Contingências: corresponde ao excedente patrimonial em relação aos compromissos totais até o limite de 25% das provisões matemáticas.
- Reserva Especial para Revisão de Plano: corresponde ao excedente patrimonial em relação aos compromissos totais acima de 25% das provisões matemáticas.

5.7. Fundos

Fundo Previdencial

O Fundo Previdencial do Plano B, cujo saldo em 31/12/2015 é de R\$ 26.501 mil, foi criado em 2010 pela Resolução nº 245/2010 do CDE, para dar destinação ao superávit acumulado em três exercícios consecutivos. Tal destinação aguarda aprovação da Previc.

Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo foi constituído em 1990 e revigorado com nova destinação de recursos em 1999, embasado em Parecer Atuarial e Resolução do então Conselho de Administração nº 100/1999. É destinado à cobertura dos valores das despesas administrativas da atividade do PGA na gestão dos planos de benefícios, no que exceder aos limites de custeio estabelecido no Orçamento Anual e no Plano de Custeio do Agros, em conformidade com a Resolução CGPC 29, de 31 de agosto de 2009.

Fundos dos Investimentos

Fundos destinados à cobertura de situações especiais relacionados à Carteira de Empréstimos a Participantes, que são:

- Fundo para Quitação de Empréstimo por Morte de Participante: objetiva liquidar o saldo devedor de empréstimos em caso de morte do participante.
- Fundo Garantidor de Prestação de Empréstimos: permite a dispensa dos avalistas nos contratos de empréstimos, quando o participante faz esta opção.

5.7.1. Composição da Evolução dos Fundos (Valores em mil - R\$)

Fundos	Consolidado	
	2015	2014
Fundo Previdencial	26.501	26.501
Fundo Administrativo	44.178	40.813
Fundo de Investimentos	4.073	3.284
Total dos Fundos	74.752	70.598

6. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Agros tem estrutura administrativa, patrimonial e funcional separado da Patrocinadora UFV, com sede, administração, recursos e orçamento próprios. A parte administrativa do Agros é realizada no Plano de Gestão Administrativa (PGA), que foi previsto na Instrução Normativa nº 34/2009, de 24/09/2009. O regulamento do PGA foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em 23/02/2010, através da Resolução nº

234/2010. Esse plano tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa do Instituto.

Fontes de Custeio Administrativo

As fontes de Custeio para a cobertura das despesas administrativas da gestão dos planos de benefícios estão previstas na Lei Complementar nº 108/2001, na Resolução CGPC 29/2009, de 31/08/2009, na Instrução Normativa nº 34/2009, de 24/09/2009 e no Regulamento do PGA. As fontes de Custeio Administrativo constituem-se de percentual das contribuições dos participantes e assistidos, patrocinadores e resultado dos investimentos, receitas administrativas e Fundo Administrativo.

6.1. Critério de Reconhecimento e Rateio das Despesas Administrativas

O Agros faz a gestão das despesas com pessoal e encargos por centro de custo, sendo que estas representam a maior parte do total das despesas administrativas. A estrutura de contas das EFPC determinada pela Previc para recepcionar estas despesas no PGA tem três divisões básicas: gestão previdencial, gestão dos investimentos e gestão assistencial. Assim, os gastos com pessoal que desempenha atividades exclusivas de uma gestão (previdencial, investimentos ou assistencial) são alocados diretamente na sua gestão e identificados em seu centro de custo. Aquelas despesas que são de natureza comum às gestões são rateadas entre elas em percentuais atribuídos nos centro de custos. As despesas administrativas que têm caráter específico de um plano também são alocadas diretamente no centro de custeio deste, dentro de uma gestão, para apuração dos custos finais.

As demais despesas de gestão incluem: treinamentos, viagens, serviços de terceiros, depreciações, tributos e despesas gerais. Dentre estas, excetuando as despesas com treinamentos e viagens, que também são orientadas por rateio em centro de custos, as demais despesas que têm natureza comum são rateadas entre as gestões previdencial, de investimentos e assistencial, com percentuais de 92%, 1% e 7%, respectivamente, definidos no Orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo.

O processo da gestão das despesas administrativas no PGA se completa quando é realizado outro nível de rateio, atribuindo a participação destas despesas, em cada atividade: Previdencial e de Investimentos, por plano de benefício, no momento em que se verifica o custo da gestão dos planos. A parte das despesas da Gestão de Investimentos que cabe ao Plano Assistencial é incorporada no nível da Gestão Assistencial para o reembolso integralmente do Plano Assistencial ao PGA.

O Agros está em processo de acompanhamento sistemático das despesas administrativas, visando manter-se adequado ao limite de custeio estabelecido para as EFPC, de até 1% dos Recursos Garantidores dos Planos A e B.

6.1.1. Despesas Administrativas x Recursos Garantidores em 31/12/2015 (Valores em mil - R\$)

Planos	Recursos Garantidores	Taxa Administrativa 1% (Limite)	Taxa Administrativa do Exercício	Variação	% Despesa
Plano A - CLT	140.390	1.404	1.405	-1	0,93%
Plano B - RJU	522.539	5.225	4.747	478	
Total	662.929	6.629	6.152	477	...

6.2. Fluxo Contábil do Fundo Administrativo (Valores em mil - R\$)

Fundo Administrativo	2015	2014
Saldo no Fundo no Início do Exercício	40.813	38.167
Receitas	12.758	11.658
(-) Despesas	-14.489	-12.207
(-) Constituições / Reversões de Contingências	-65	-918
Fluxo dos Investimentos	5.161	4.113
Evolução do Fundo Administrativo	3.365	2.646
Saldo do Fundo no Final do Exercício	44.178	40.813

7. GESTÃO ASSISTENCIAL - PLANO DE SAÚDE

Os valores da Gestão Assistencial, apresentados de forma sintética no Balanço Patrimonial do Agros, podem ser lidos, em maior nível de detalhes nas publicações específicas do Plano de Saúde, com as demonstrações contábeis exigidas pela ANS, estando os valores patrimoniais assim compostos:

7.1. Ativos do Assistencial (Valores em mil - R\$)

Ativo Assistencial	2015	2014
Disponível	80	101
Aplicações Financeiras	39.008	37.692
Créditos de Operações com Planos de Saúde	4.283	3.769
Bens e Títulos a Receber	17	10
Despesas Antecipadas	4	4
Realizável a Longo Prazo	2.461	1.104
Imobilizado	101	119
Total do Ativo	45.954	42.799

7.2. Passivos do Assistencial (Valores em mil - R\$)

Passivo Assistencial	2015	2014
Provisões Técnicas de Operações de Assistência	8.580	7.381
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	73	155
Débitos de Operações de Assist. Não Relacionados c/ o Plano	4	4
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	374	347
Débitos Diversos	600	372
Passivo Não-Circulante - Exigível a Longo Prazo – Provisões	4.685	3.057
Patrimônio Social – Fundo Assistencial	31.638	31.483
Total do Passivo	45.954	42.799

As Notas Explicativas da atividade Assistencial estão emitidas em documento próprio, tendo em vista o atendimento de Normas específicas editadas pela ANS.

8. DETALHAMENTO DOS AJUSTES E ELIMINAÇÕES DECORRENTES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O quadro abaixo apresenta os valores a pagar e a receber entre os planos do Agros em 31 de dezembro de 2015. O processo de eliminação é necessário à consolidação das Demonstrações Contábeis e são registrados em documentos auxiliares do Instituto, em atendimento aos itens 28, 29 e 30 – letra I da Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009:

Detalhamento das Eliminações de Consolidação Contábeis entre Planos	a pagar	a receber
Plano A - CLT	114	0
Plano B - RJU	432	0
PGA - Plano A	0	114
PGA - Plano B	0	432
Totais	546	546

No quadro seguinte estão apresentados os valores de participação dos Planos A e B no PGA em 31 de dezembro de 2015. Este processo de ajuste é necessário à consolidação das Demonstrações Contábeis e são registrados em documentos auxiliares do Instituto, em atendimento aos itens 28, 29 e 30 – letra I da Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009:

Detalhamento dos Ajustes de Consolidação Contábeis	Plano A	Plano B	PGA
Participação no Plano de Gestão Administrativa	11.486	32.692	44.178
Participação no Fundo Administrativo - PGA	-11.486	-32.692	-44.178

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Instituto participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender necessidades próprias, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento.

Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 passíveis de comparação com valor de mercado, têm valor contábil próximo aos valores de realização. Não existem outros instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2015, tais como contratos a termo, futuros, swap e empréstimos de ações.

10. AÇÕES JUDICIAIS – DOTAÇÃO INICIAL DA PATROCINADORA E OFND

Existem valores apropriados em ativos a receber, oriundos de débitos residuais da dotação inicial da Patrocinadora UFV, que são também contingenciados em conta de provisão para perda sobre crédito de liquidação duvidosa, nos Balanços dos Planos da Entidade, cujos registros contábeis se encontram nos Planos A e Assistencial. A cobrança dos montantes está em andamento por ação judicial cível.

O Agros numa ação conjunta da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), possui um recurso judicial que está em andamento na Justiça Federal, que questiona a correção monetária das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND), cujas aplicações remontam anos anteriores de investimentos da Entidade. Como não há uma garantia do desfecho desta ação, nem de data e possíveis valores, estes ainda não são registrados em balanço. A Assessoria Jurídica da Abrapp acompanha este processo.

11. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Em julho de 2014, o Agros e a Previc firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), instrumento jurídico que permite o alinhamento de entendimento sobre determinada matéria entre órgãos de fiscalização, entidades e empresas privadas. Ou seja, é um documento no qual uma instituição se compromete a cumprir determinadas condições para se adequar às exigências legais ou comprovar que já está atuando de acordo com elas.

O TAC objetiva comprovar que não há recurso público nos planos após a criação do Plano B, em 1992, bem como apresentar estudo atuarial/contábil de segregação dos recursos dos Planos A e B.

12. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Para evitar e amenizar o impacto da possível ocorrência desses riscos, o Agros implantou unidade administrativa interna responsável pelo gerenciamento e avaliação de riscos, possuindo também um Comitê de Controles Internos. O Instituto supervisiona as atividades com o auxílio de sistema e assessoria especializada, desenvolvendo várias ações, das quais destacam-se:

- Identificação dos riscos;
- Avaliação/análise dos riscos;
- Análise qualitativa dos riscos (priorização dos riscos para análise e ação adicional por meio de avaliação não quantitativa de seus impactos e do nível de riscos);
- Análise quantitativa dos riscos (análise numérica do efeito dos riscos mais críticos evidenciados na análise qualitativa);
- Definição de alternativas para tratamento dos riscos;
- Definição de metodologias, processos, modelos e/ou controles voltados para a gestão de riscos;
- Validação de metodologias, processos, modelos e/ou controles voltados para a gestão de riscos;
- Monitoramento (analisar a efetividade dos planos de ação, comportamento de indicadores, limites de exposição e existência de controles internos);
- Consolidação do perfil de risco da operadora;
- Apoio a decisões quanto aos aspectos de riscos;
- Treinamento interno em relação a riscos;
- Implementação de ações para disseminação da cultura de riscos na operadora;
- Controle e reporte de exposições a riscos (acompanhamento das ações de mitigação, proposição, implementação e acompanhamento das ações de controle).

É importante salientar que o Agros em relação a seus administradores, empregados ou assemelhados, estabelece regras e códigos de conduta e ética que protege a integridade e a continuidade do Instituto. Possui, além disso, política de governança corporativa e divulga em seu site, para maior transparência de suas ações, demonstrativos de investimentos, balanço patrimonial, demonstração de resultados, políticas de investimentos, entre outros.

Ressalta-se que o Instituto reconhece que os procedimentos de avaliação de riscos e controles devem ser mantidos como prática periódica em suas atividades.

13. COBERTURA DE SEGUROS

É prática do Agros manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado e para os investimentos imobiliários sujeitos a riscos. Os seguros dos imóveis locados são de responsabilidade dos locatários.

Viçosa, 31 de dezembro de 2015.

Regimar Ferreira de Freitas
Contador - CRC-MG 53.166
CPF: 478.633.236-49

Constantino José Gouvêa Filho
Diretor Administrativo-Financeiro

Gilberto Paixão Rosado
Diretor de Seguridade

Nairam Félix de Barros
Diretor Geral

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PLANO ASSISTENCIAL*
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Balanco Patrimonial Assistencial - Ativo

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores em R\$)

Descrição	2015	2014
Ativo Circulante	<u>43.392.188,48</u>	<u>41.576.598,42</u>
Disponível	79.683,27	100.913,49
Realizável	<u>43.312.505,21</u>	<u>41.475.684,93</u>
Aplicações Financeiras	39.008.373,80	37.692.530,75
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	6.569.275,80	5.824.451,30
Aplicações Não Vinculadas	32.439.098,00	31.868.079,45
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	<u>4.283.020,69</u>	<u>3.768.576,57</u>
Contraprestação Pecuniária a Receber	3.206.770,57	2.761.843,81
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1.076.250,12	1.006.732,76
Bens e Títulos da Receber	17.318,18	10.349,26
Despesas Antecipadas	3.792,54	4.228,35
Ativo Não Circulante	<u>2.561.454,62</u>	<u>1.222.942,41</u>
Realizável a Longo Prazo	<u>2.461.010,14</u>	<u>1.104.014,84</u>
Depósitos Judiciais e Fiscais	2.461.010,14	1.104.014,84
Imobilizado	100.444,48	118.927,57
Imobilizado de Uso Próprio	100.249,74	118.927,57
Não Hospitalares / Odontológicos	100.249,74	118.927,57
Outras Imobilizações	194,74	-
Total do Ativo	45.953.643,10	42.799.540,83

Balanco Patrimonial Assistencial - Passivo

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores em R\$)

Descrição	2015	2014
Passivo Circulante	<u>9.630.141,10</u>	<u>8.259.162,47</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	<u>8.580.247,03</u>	<u>7.380.672,52</u>
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	118.159,38	83.332,32
Provisões de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	3.524.061,02	3.103.689,26
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	4.938.026,63	4.193.650,94
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	<u>72.592,95</u>	<u>155.478,88</u>
Contraprestações a Restituir	25.084,94	16.054,04
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	47.508,01	139.424,84
Débitos com Oper. de Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Planos de Saúde da Operadora	4.394,94	4.049,25
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	373.446,58	346.489,06
Débitos Diversos	599.459,60	372.472,76
Passivo Não Circulante	<u>4.685.076,84</u>	<u>3.057.460,09</u>
Provisões	4.685.076,84	3.057.460,09
Provisões Para Ações Judiciais	4.685.076,84	3.057.460,09
Patrimônio Líquido	<u>31.638.425,16</u>	<u>31.482.918,27</u>
Patrimônio Social	31.638.425,16	31.482.918,27
Total do Passivo	45.953.643,10	42.799.540,83

Demonstração do Resultado Assistencial
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores em R\$)

Descrição	2015	2014
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	<u>49.585.539,65</u>	<u>42.993.074,97</u>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	49.585.539,65	42.993.074,97
Contraprestações Líquidas	49.585.539,65	42.993.074,97
Eventos Indenizáveis Líquidos	<u>(36.459.340,03)</u>	<u>(33.692.549,43)</u>
Eventos Conhecidos ou Avisados	(35.714.964,34)	(33.220.007,24)
Varição da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(744.375,69)	(472.542,19)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde	<u>13.126.199,62</u>	<u>9.300.525,54</u>
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde	-	-
	23.396,43	85.584,73
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	<u>(10.473.512,26)</u>	<u>(9.836.848,82)</u>
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(9.036.700,59)	(9.099.492,70)
Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(1.440.206,28)	(672.452,41)
Provisão Para Perdas Sobre Créditos	3.394,61	(64.903,71)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	<u>(69.393,67)</u>	<u>(39.084,91)</u>
Resultado Bruto	<u>2.606.690,12</u>	<u>(489.823,46)</u>
Despesas Administrativas	<u>(7.113.474,80)</u>	<u>(5.828.989,94)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>4.662.291,57</u>	<u>3.808.129,11</u>
Receitas Financeiras	4.862.996,22	4.010.288,71
Despesas Financeiras	(200.704,65)	(202.159,60)
Resultado Líquido	<u>155.506,89</u>	<u>(2.510.684,29)</u>
Superávit/Déficit do Exercício	<u>155.506,89</u>	<u>(2.510.684,29)</u>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Assistencial
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores em R\$)

Descrição	Patrimônio Social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	33.993.602,56	33.993.602,56
Superávit/Déficit do Exercício	-2.510.684,29	-2.510.684,29
Saldos em 31 de dezembro de 2014	31.482.918,27	31.482.918,27
Superávit/Déficit do Exercício	155.506,89	155.506,89
Saldos em 31 de dezembro de 2015	31.638.425,16	31.638.425,16

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto - Assistencial
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores em R\$)

Descrição	2015	2014
Atividades Operacionais		
Recebimento de Planos de Saúde	50.002.421,45	41.978.391,91
Resgate de Aplicações Financeiras	17.291.592,69	21.381.256,07
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	3.195.901,53	1.797.909,77
Outros Recebimentos Operacionais	18.903,35	714.692,00
Pagamento a Fornecedores / Prestadores de Serviços de Saúde	(40.210.148,05)	(36.291.797,64)
Pagamento de Pessoal	(2.242.724,74)	(2.207.374,70)
Pagamento de Pró-Labore	(357.888,32)	-
Pagamento de Serviços de Terceiros	(3.819.330,53)	(3.003.962,95)
Pagamento de Tributos	(3.805.292,94)	(3.495.047,03)
Pagamento de Promoção / Publicidade	-	(26.420,46)
Aplicações Financeiras	(17.008.000,00)	(17.127.468,32)
Outros Pagamentos Operacionais	(3.056.480,94)	(3.788.384,14)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	<u>8.953,50</u>	<u>(68.205,49)</u>
Atividades de Investimentos		
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(30.183,72)	(24.077,46)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	<u>(30.183,72)</u>	<u>(24.077,46)</u>
Variação Líquida do Caixa	<u>(21.230,22)</u>	<u>(92.282,95)</u>
Variação Líquida do Caixa	<u>(21.230,22)</u>	<u>(92.282,95)</u>
Caixa - Saldo Inicial	100.913,49	193.196,44
Caixa - Saldo Final	79.683,27	100.913,49
Ativos Livres no Início do Período	31.968.992,94	35.975.460,60
Ativos Livres no Final do Período	32.518.781,27	31.968.992,94
Aumento/Diminuição nas Aplicações Financeiras – Recursos Livres	549.788,33	(4.006.467,66)

Demonstração do Resultado Abrangente - Assistencial
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores em R\$)

Descrição	2015	2014
Superávit/Déficit do Exercício	155.506,89	(2.510.684,29)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	155.506,89	(2.510.684,29)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PLANO ASSISTENCIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Agros - Instituto UFV de Seguridade Social como Operadora de Planos de Saúde (OPS) tem seu Plano Assistencial constituído por prazo indeterminado, em funcionamento desde 1º de setembro de 1994, e registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 368920, em 11 de setembro de 2001, com posterior registro definitivo em novembro de 2009.

Os patrocinadores do Plano de Saúde são a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o Agros - Instituto UFV de Seguridade Social.

Para inscrição no Plano Assistencial do Agros, é necessário que o participante esteja vinculado a um de seus planos de previdência complementar: Plano A (CLT), Plano B (RJU), Plano Agros CD-01. Após o fechamento de vinculação ao Plano Previdenciário B (RJU), em 2007, os novos servidores da UFV que queiram ingressar no Plano de Saúde do Agros devem estar vinculados ao Plano Previdenciário denominado Agros CD-01, por meio do Instituidor UFVCredi.

Em conformidade com o artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o Instituto não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda a título de lucro ou participação no resultado. Nos exercícios de 2015 e 2014, a totalidade dos recursos do Plano Assistencial foi aplicada no país e a escrituração das receitas, despesas e das suas rendas obtidas pelas aplicações de seus recursos foi registrada em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Apresentações das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as normas contidas na Lei 6.404/1976 e alterações e na Lei 9.656/1998, que regulamenta os Planos Privados de Assistência à Saúde; com as normas estabelecidas pela ANS; com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade, CFC nº 1.409/2012, que aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002.

A contabilidade registra os eventos originados nos controles dos planos de benefícios do Agros de forma separada, proporcionando demonstrações contábeis segregadas para cada segmento das atividades-fins, ou seja, previdência complementar e assistência à saúde, assim como a atividade de suporte do Plano de Gestão Administrativa (PGA), em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB) e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e às Operadoras de Planos de Saúde (OPS).

2.2. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis podem ser resumidos como segue:

2.2.1. Escrituração Contábil

Adota-se o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, o que implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas no período em que efetivamente ocorrem, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

2.2.2. Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas e contingências passivas, para determinar ajustes em seus ativos e passivos, com efeito

nos resultados efetivos. Para valores da atividade assistencial a receber, foi adotado o seguinte critério para as constituições de provisões para perdas sobre créditos: havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada, ou seja, é lançada nos demonstrativos como possível perda.

2.2.3. Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A moeda funcional da entidade é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. O Agros elaborou os demonstrativos de forma comparativa, com duas colunas (exercício atual e anterior), possibilitando a verificação da evolução ou involução patrimonial.

2.2.4. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são classificadas como destinadas à negociação, ou seja, com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e atualizadas pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período, incluindo as aplicações financeiras dos recursos garantidores das reservas técnicas vinculadas à ANS.

2.2.5. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Os “Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde” são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de “Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde”. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, por se tratar de plano coletivo empresarial.

2.2.6. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na estimativa de vida útil dos bens, conforme tabela abaixo:

Natureza Contábil	Taxa Anual de Depreciação (%)	Estimativa de Vida Útil (em anos)
Instalações	10	10
Máquinas e Equipamentos	10	10
Equipamentos de Processamento de Eletrônicos de Dados - Hardware	20	5
Móveis e Utensílios	10	10
Veículos	20	5
Ambulância	33,33	3

A partir do exercício de 2013, a Entidade passou a adquirir e controlar em separado, os bens de uso exclusivo da atividade do plano de saúde, com recursos próprios do Plano Assistencial. Antes, todos os bens eram de propriedade exclusiva do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Os bens do imobilizado de uso comum nas atividades administrativas do Agros, que são de propriedade do PGA, continuam com o critério de rateio das despesas de depreciação e reposição pelo Plano de Saúde, via taxa administrativa.

2.2.7. Provisão de Eventos a Liquidar

A provisão de eventos a liquidar, constituída por faturas dos prestadores de serviços, reembolso a participantes e ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), é registrada no Passivo Circulante, em contrapartida às contas de resultado de eventos conhecidos ou avisados.

2.2.8. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

A PEONA foi constituída de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº 209/2009, da ANS. Existem ativos em aplicações financeiras para garantia das Provisões Técnicas vinculados à ANS. O Agros tem metodologia própria para cálculo do valor da PEONA, desde 2013, conforme Processo Administrativo nº 070/2013 e Ofício nº 4287/2013/GGAME(GEHAE)/DIOPE/ANS, de 16/10/2013. Em setembro de 2014 o Agros enviou a correspondência DGE nº 081/2014 à Diretoria de Normas e Habilitação de Operadoras da ANS, em formato digital, as informações de eventos solicitados, referente ao período de janeiro a dezembro de 2013, avisados até março de 2014. Em maio de 2015 a ANS informou por meio do Ofício 945/2015/GGAME(GEHAE)/DIOPE/ANS o recebimento do teste de consistência, ressaltando a responsabilidade do atuário e agendando novo teste para o prazo de 18 meses a contar da data do recebimento do mesmo. Em novembro de 2016 o Agros deverá encaminhar à ANS novo teste de consistência da metodologia adotada para cálculo da PEONA.

Os valores atuarialmente calculados, bem como a validação da consistência, são de responsabilidade da Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda. - EPP

2.2.9. Demais Ativos e Passivos Circulantes

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados com valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

2.2.10. Passivo Não Circulante

O Agros constituiu, em seu plano assistencial, provisão em montante suficiente para cobrir prováveis perdas em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões tributárias, aspectos civis e outros assuntos.

2.2.11. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da entidade corresponde aos resultados superavitários, deduzidos dos resultados deficitários de sua atividade, acumulados até a data do balanço.

3. PLANOS DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA ASSISTENCIAL

Como operadora de planos de saúde, o Agros administra os seguintes produtos:

- a. PAS-UFV (Plano de Assistência à Saúde dos Participantes do Agros);
- b. Agros Saúde I com Odontologia;
- c. Agros Saúde I sem Odontologia;
- d. Agros Saúde II com Odontologia;
- e. Agros Saúde II sem Odontologia;
- f. Agros Saúde III com Odontologia;
- g. Agros Saúde III sem Odontologia;
- h. Agros Saúde IV com Odontologia;
- i. Agros Saúde IV sem Odontologia.

O PAS-UFV é um plano ativo com comercialização suspensa, conforme seu cadastro junto à ANS.

3.1. Custeio

De acordo com disposição específica dos seus Regulamentos, o custeio dos planos denominados Agros Saúde é atendido pelas seguintes fontes de receita:

- a. Contribuições mensais dos beneficiários titulares, em virtude de sua inscrição e da inscrição de seus dependentes normais e dependentes agregados, bem como dos Pensionistas;
- b. Coparticipações dos Beneficiários;
- c. Valores repassados pelas patrocinadoras, destinados aos beneficiários que façam jus ao patrocínio, conforme estabelecido pela legislação aplicável e demais instrumentos que regulam a existência de patrocínio, dentre eles, os contratos e convênios constituídos para esse fim;

- d. Recursos provenientes do Fundo Assistencial, conforme estabelecido pelo Conselho Deliberativo (CDE) do Agros e definido em atos normativos da entidade;
- e. Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não onerosos para o Agros.

Os recursos previstos nas alíneas “a”, “b” e “c”, denominados Receitas Assistenciais, são obtidos segundo os critérios descritos nos subitens a seguir:

3.1.1. Contribuição dos Beneficiários

Titulares e Dependentes Diretos

O valor da contribuição mensal dos beneficiários titulares e de seus dependentes diretos é definido em função de sua faixa etária, conforme tabela constante no plano de custeio.

Do total das contribuições atribuídas ao titular, em função de seu grupo familiar, subtrai-se o valor referente à contribuição da patrocinadora, conforme previsto na Portaria do MPOG nº 625/2012, calculada em função da faixa salarial do titular e da idade de seus dependentes. Além disso, o valor da contribuição total do titular está limitado ao teto de 10% do seu salário de contribuição. Caso haja diferença entre o valor da contribuição e o limite do teto, essa diferença é custeada pelo Fundo Assistencial.

Para servidores ativos e aposentados, o cálculo da contribuição é feito por grupo familiar; para pensionistas, o cálculo é individual, o que ocorre em função da forma como a Patrocinadora UFV e o SIAPE operacionalizam os descontos em folha.

Dependentes Agregados

A contribuição dos dependentes agregados é determinada em função da faixa etária de cada um, em conformidade com tabelas constantes nos planos de custeio. Os dependentes agregados não possuem direito ao Auxílio Saúde Suplementar e não estão sujeitos ao teto de contribuição. O pai ou padrasto, a mãe ou madrasta, dependentes econômicos do beneficiário titular, ainda que enquadrados como dependentes diretos do titular nos termos da portaria MPOG nº 5/2010, não fazem jus a contribuição oriunda das patrocinadoras, contribuindo pelos valores integrais constantes da tabela dos participantes e dependentes diretos.

3.1.2. Contribuição das Patrocinadoras

Patrocinadora UFV

A contribuição da Patrocinadora UFV (Auxílio Saúde Suplementar) corresponde ao subsídio governamental concedido exclusivamente aos titulares e seus dependentes diretos, e seu valor é estabelecido com base na tabela definida na Portaria nº 625 do MPOG, de 21 de dezembro de 2012.

A Patrocinadora UFV tem um débito com o Instituto oriundo da dotação inicial, em que parte do valor foi atribuído ao Plano de Saúde e está contabilizada em contas a receber, mas sua cobrança está sendo feita por vias judiciais, o que torna o valor sujeito à constituição de provisão para perdas sobre créditos. A destinação destes valores ao Plano Assistencial foi assegurada pela Resolução nº 054/1993 do Conselho de Administração (CAD), que aprovou a constituição do Fundo Assistencial, conforme Nota Técnica STEA: DT.A.2/1657/93/187 da STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda.

Patrocinadora Agros

Os valores da contribuição da patrocinadora Agros repassados ao Plano Assistencial, a título de Auxílio Saúde Suplementar, é determinado com base nos mesmos critérios de cálculo da contribuição da Patrocinadora UFV, orientado pelo plano de custeio, sendo, também, registrado no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) firmado entre Agros e o Sindicato de seus empregados.

3.1.3. Coparticipação do Beneficiário

Além das contribuições definidas nos subitens 3.1.1 e 3.1.2, os beneficiários dos planos de saúde administrados pelo Agros estão sujeitos à coparticipação nos custos dos procedimentos utilizados, conforme percentuais definidos a seguir:

1. Consultas Médicas: 40% do valor do procedimento para os planos Agros Saúde e 50% para o PAS-UFV.
2. Consultas/Sessões com nutricionistas, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e psicólogo: 40% do valor do procedimento;
3. Exames: 40% do valor do procedimento, limitado a R\$ 150,00 por exame;
4. Fisioterapia: 40% do valor do procedimento, limitado a R\$ 150,00 por procedimento;
5. Sessões de Acupuntura realizadas por médico: 40% do valor do procedimento, limitado a R\$ 150,00 por procedimento;
6. Internações Psiquiátricas: 30% do valor dos serviços prestados a partir do 31º dia de internação;
7. Internações por Dependência Química: 30% do valor dos serviços prestados a partir do 31º dia de internação.
8. Procedimentos Odontológicos: A incidência de coparticipação sobre procedimentos odontológicos ocorrerá quando forem realizados em regime ambulatorial ou quando realizados em ambiente hospitalar, por imperativo clínico, apenas sobre as despesas com procedimentos odontológicos, não abrangendo outras despesas inerentes à internação, nos seguintes casos:
 - 8.1. O preparo para núcleo intrarradicular; o mantenedor de espaço coroa alça/banda alça; o mantenedor de espaço removível; o enxerto gengival livre e o enxerto conjuntivo subepitelial e os demais benefícios de próteses odontológicas cobertos pelo plano terão coparticipação de 40% (quarenta por cento) do valor do procedimento;
 - 8.2. Os procedimentos odontológicos de prótese parcial removível provisória em acrílico com ou sem grampos; prótese parcial removível com grampos bilateral; prótese total e prótese total imediata serão, na primeira solicitação, totalmente cobertos pelo plano.
 - 8.2.1. As primeiras próteses terão validade de 05 (cinco) anos. Caso haja necessidade de uma repetição em período inferior, haverá a coparticipação de 40% (quarenta por cento) do valor do procedimento.

Quando o beneficiário fizer jus ao reembolso previsto no Regulamento, também incidirão os valores de coparticipação descritos no plano de custeio, conforme o caso.

As coparticipações em internações psiquiátricas e por dependência química foram suspensas em 2015, apesar de estarem previstas no Regulamento dos planos de saúde administrados pelo Agros e nos temas do regulamento registrado junto à ANS, considerando novo entendimento da Agência em relação a cobrança de coparticipação em internações.

3.1.4. Fundo Assistencial

O Fundo Assistencial, comum a todos os planos de saúde administrados pelo Agros, foi instituído pela Resolução nº 54/1993 do Conselho de Administração e Diretoria Executiva do Instituto e homologado pela Patrocinadora UFV, pela Portaria nº 1.190/1993, cujo montante foi indicado atuarialmente no Estudo B-02, alternativa 02, da Nota Técnica STEA: D.T.A 2/1657/93/187, em consonância com o §1º do artigo 39 da Lei nº 6.435/1977 e com o artigo 120 do Regulamento Básico do Agros.

As receitas previstas para o Fundo Assistencial são provenientes da dotação inicial da Patrocinadora UFV. Além disso, o fundo recebe também as diferenças positivas entre as receitas e despesas mensais do plano.

Os Recursos do Fundo Assistencial são destinados para as seguintes coberturas:

- a. Custeio parcial das mensalidades relativas aos participantes inscritos no PAS-UFV até 1º de setembro de 2005, cujo valor será definido em função da faixa salarial do titular e do tamanho de seu grupo familiar;
- b. Diferença entre o valor calculado para a contribuição e o valor final de contribuição, em virtude da adoção do teto de 10% do salário de contribuição;

- c. Contribuição mensal, determinada segundo os mesmos critérios de cálculo do subsídio governamental, para os beneficiários vinculados ao Regime CLT, exceto para os beneficiários ativos da patrocinadora Agros;
- d. Destinação mensal de 0,3% dos recursos do Fundo para os Programas para Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças instituídos pelo Agros.

3.2. Garantias Financeiras

O Agros está sujeito à constituição ou observância, conforme o caso, das seguintes Garantias Financeiras previstas na Resolução Normativa da ANS nº 209/2009 e alterações, na forma e prazos estabelecidos nos referidos normativos:

- a. Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA): representa o valor mínimo a ser observado no Patrimônio Social da Entidade, não sendo necessário manter ativos garantidores;
- b. Margem de Solvência (MS): regra financeira prudencial com foco na capitalização da operadora, que consiste em uma garantia adicional às Provisões Técnicas, proporcional ao seu porte;
- c. Provisão para Eventos Ocorridos e Não-Avisados (PEONA): provisão destinada a garantir os pagamentos dos eventos que já ocorreram, mas ainda não foram avisados à operadora. A PEONA é calculada atuarialmente, por metodologia própria, sendo lastreada com ativos garantidores vinculados à ANS;
- d. Provisão para Eventos/Sinistros a Liquidar (PESL): provisão destinada ao pagamento dos eventos já ocorridos e avisados à operadora, mas que ainda não tenham sido quitados.

A cobertura da Margem de Solvência, de acordo com a legislação, poderá ocorrer de forma gradativa, pelo prazo de 10 anos, sendo iniciada em janeiro/2014, observando a proporção mensal cumulativa de 1/120 sobre o montante calculado.

Cabe destacar que, conforme Ofício nº 4287/2013/GGAME(GEHAE)/DIOPE/ANS, de 16 de outubro de 2013, o Agros teve a sua Nota Técnica Atuarial de PEONA aprovada pela Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (DIOPE). Assim, desde outubro de 2013 a PEONA já vem sendo calculada considerando a metodologia própria aprovada pela Agência.

O Patrimônio Social do Agros, após os devidos ajustes previstos na IN-DIOPE nº50/12, é suficiente para cobrir o maior valor entre o PMA e a MS.

O Agros deverá manter ativos garantidores vinculados à ANS para lastrear a PEONA e a parcela PESL referente aos eventos avisados há mais de 60 dias. Além disso, o Agros mantém ativos garantidores vinculados e não vinculados suficientes para lastrear a PEONA e o valor total PESL.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras do Plano Assistencial incluem os recursos vinculados às provisões técnicas e às aplicações não vinculadas à ANS. Estes recursos destinam-se a garantir os compromissos provisionados pela operadora. Em 31 de dezembro dos exercícios de 2015 e 2014 apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2015	2014
Vinculadas a Provisões Técnicas		
Títulos de Renda Fixa		
Cotas de Fundos de Investimentos	6.569.275,80	5.824.451,30
Não Vinculadas		
Títulos de Renda Fixa		
Cotas de Fundos de Investimentos	32.439.098,00	31.868.079,45
Total	39.008.373,80	37.692.530,75

5. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Os Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde:

Descrição	2015	2014
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		
Contraprestações Pecuniárias a Receber	3.206.770,57	2.761.843,81
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados	1.076.250,12	1.006.732,76
Total	4.283.020,69	3.768.576,57

6. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa os valores provisionados referentes às atividades correntes da gestão assistencial, baseados em relatórios e documentos fiscais do Instituto:

Descrição	2015	2014
Passivo Circulante		
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		
Provisões de Eventos a Liquidar Para o SUS	118.159,38	83.332,32
Provisões de Eventos a Liquidar Para Outros Prestadores	3.524.061,02	3.103.689,26
Provisões para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	4.938.026,63	4.193.650,94
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		
Contraprestação a Restituir	25.084,94	16.054,04
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	47.508,01	139.424,84
Débitos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	4.394,94	4.049,25
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	373.446,58	346.489,06
Débitos Diversos	599.459,60	372.472,76
Total	9.630.141,10	8.259.162,47

7. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Representa os valores provisionados para processos judiciais e administrativos referentes às atividades da gestão assistencial, respaldados na opinião dos consultores e assessores jurídicos do Instituto.

Composição	Saldo 2015	Varição (+/-)	Saldo 2014
Provisões Judiciais			
Provisões para Ações Tributárias	4.169.380,34	1.444.749,23	2.724.631,11
Provisões para Ações Cíveis	402.222,65	69.393,67	332.828,98
Provisões para Ações Trabalhistas	113.473,85	113.473,85	0,00
Total	4.685.076,84	1.627.616,75	3.057.460,09

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Entidade constituído pelos resultados superavitários, deduzidos dos resultados deficitários, acumulados até a data do balanço, destina-se à cobertura dos gastos da atividade assistencial relativa aos planos de saúde administrados, na forma do regulamento:

Descrição	2015	Varição (+/-)	2014
Patrimônio Líquido – Fundo Assistencial	31.638.425,16	155.506,89	31.482.918,27
Saldo	31.638.425,16	155.506,89	31.482.918,27

9. CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

A Entidade, em atendimento ao que determina o item 20A do Pronunciamento Técnico CPC 03, apresenta a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. A conciliação resume-se em apresentar, separadamente, por categoria, os principais itens reconciliados, à semelhança do que deve fazer a Entidade que usa o método indireto, em relação aos ajustes ao superávit ou déficit do exercício, para apurar o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais:

Descrição	2015	2014
Superávit / Déficit do Exercício	<u>155.506,89</u>	<u>(2.510.684,29)</u>
Ajustes para conciliação do superávit/déficit do exercício com a geração/utilização de caixa das atividades operacionais:	<u>1.251.470,91</u>	<u>1.031.659,09</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	1.199.574,51	982.019,17
Depreciações do Imobilizado	51.896,40	49.639,92
Superávit / Déficit do Exercício Ajustado	<u>1.406.977,80</u>	<u>(1.479.025,20)</u>
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	<u>(3.193.815,58)</u>	<u>229.966,46</u>
Aplicações Financeiras	(1.315.843,05)	2.079.375,19
Crédito de Operações com Planos de Assistência à Saúde	(514.444,12)	(846.713,52)
Bens e Títulos a Receber	(6.968,92)	(1.371,70)
Despesas Antecipadas	435,81	4.916,08
Depósitos Judiciais e Fiscais	(1.356.995,30)	(1.006.239,59)
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	<u>1.795.791,28</u>	<u>1.180.853,25</u>
Débitos de Operações de Assistência Saúde	(82.885,93)	(103.566,73)
Déb. Oper. Assist. Saúde Não Rel. C/Pl Saúde da Operadora	345,69	(2.974,90)
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	26.957,52	16.542,76
Provisões para Ações Judiciais	1.627.616,75	1.192.037,70
Débitos Diversos	223.757,25	78.814,42
Caixa Gerado/Utilizado nas Atividades Operacionais	<u>8.953,50</u>	<u>(68.205,49)</u>

10. EVENTOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR E ODONTOLÓGICA

A distribuição dos saldos dos Quadros Auxiliares de Eventos Médico-Hospitalares e Assistência Odontológica do Documento de Informações Periódicas (DIOPS) do 4º trimestre de 2015 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 1, de 01/11/2013, referente aos planos coletivos empresariais adaptados à Lei nº 9.656/1998, com cobertura ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e odontologia na modalidade de preço pré-estabelecido:

Eventos Médico Hospitalares							
Cobertura Assistencial com Preço Pré-Estabelecido - Planos Coletivos Empresariais pós Lei							
Assistência Médico-Hospitalar							
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Própria	450.068,19	82.397,53	1.033,53	0,00	0,00	0,00	533.499,25
Rede Contratada	3.640.523,92	5.550.939,28	4.041.394,53	17.125.422,53	1.508.962,38	927,71	31.868.170,35
Reembolso	57.097,04	69.730,51	61.594,08	376.039,87	270.915,68	16.450,00	851.827,18
Total	4.147.689,15	5.703.067,32	4.104.022,14	17.501.462,40	1.779.878,06	17.377,71	33.253.496,78

Assistência Odontológica		
	Procedimentos Odontológicos	Total
Rede Contratada	1.970.919,55	1.970.919,55
Reembolso	205.215,77	205.215,77
Total	2.176.135,32	2.176.135,32

11. DETALHAMENTO DOS SALDOS DE CONTAS CONTÁBEIS: OUTROS

Abaixo, o quadro com a composição das contas com denominação “Outros”, cujo saldo ultrapassa 10% do respectivo grupo de contas:

Conta	Descrição	Valor	% Participação
213	DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	72.592,95	100,00
2138	OUTROS DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	71.912,95	99,06
Composição:	Contraprestações Pecuniárias à Restituir	25.084,94	34,56
	Serviços de Terceiros	28.561,18	39,34
	Fornecedores	18.266,83	25,16
218	DÉBITOS DIVERSOS	599.459,60	100,00
2188	OUTROS DÉBITOS A PAGAR	597.509,60	99,67
Composição:	Taxa Administrativa – PGA	597.509,60	99,67
33	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	23.396,43	100,00
331	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	21.013,80	89,82
Composição:	Recuperação de Despesa com Siape - UFV - Decreto 1903/96	14.986,08	64,05
	Recuperação de Despesa de Exercícios Anteriores	6.027,72	25,76
44	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	10.542.905,93	100,00
4413	OUTRAS DESPESAS DE OPERAÇÕES DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	10.476.906,87	99,37
Composição:	Confecção de Carteirinhas, Reclamações Judiciais não cobertas em contrato, Taxa Administrativa da Unimed, Remoção de Pacientes, Convênio D S A e Outras Terapias - Material, Medicamentos, Órteses e Próteses autorizadas pelo Conselho Deliberativo, linha do SIAPE, confecção de Guias de Procedimentos Médicos, Auxílio Saúde Suplementar Excedente ao Teto, Auxílio Saúde Suplementar Contribuição Fundo Assistencial, Valores do INSS Patronal sobre Serviços de Terceiros e Cooperativa.	9.036.700,59	85,71
4415	PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE RISCOS E DOENÇAS	1.440.206,28	13,66
Composição:	Despesas com os programas de promoção da Saúde (Saúde Menta, Atenção Básica, Atividade Física, Atenção Domiciliar e Campanhas)	1.440.206,28	13,66
46	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	7.113.474,80	100,00
461219019	Outras Despesas: despesa de Auxílio Creche/Babá de Funcionários	45.994,91	0,65
461419019	Outras Despesas: Contribuição da Patrocinadora - Previdenciária	50.403,41	0,71
462119019	Outras Despesas: Demais Serviços de Terceiros Não Classificados em Contas Anteriores	345.727,88	4,86
4681190199	Outras Despesas: despesa de Viagens, diárias não classificadas anteriormente.	131.448,72	1,85

12. DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO PLANO ASSISTENCIAL

12.1. Despesas Administrativas Específicas do Plano Assistencial

As despesas administrativas diretas da administração dos planos de saúde são atribuídas e custeadas pelo Plano Assistencial que faz o pagamento utilizando seus recursos financeiros.

12.2. Despesas Administrativas Comuns às Demais Atividades do Agros

As despesas administrativas do Agros de natureza comum são rateadas no Plano de Gestão Administrativa (PGA), na proporção orçamentária dos centros de custos e nos custeios de cada plano, sendo a cota/parte da Gestão Assistencial custeada integralmente pelo Plano Assistencial por meio de reembolso de taxa administrativa.

O estudo das despesas administrativas por centros de custos realizado pelo Agros em 2013, aprovado pela Resolução nº 287/2013 do CDE, implicou em maior impacto nos valores atribuídos ao Plano Assistencial, o que foi previsto nos Orçamentos Anuais dos exercícios seguintes (2014-2015) e confirmado na realização das despesas, que são registradas na conta 4.6: Despesas Administrativas – Plano Assistencial.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Instituto participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender necessidades próprias, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento.

Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014, passíveis de comparação com valor de mercado, têm valor contábil próximo aos valores de realização.

Não existem outros instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2015, no Plano Assistencial, tais como, contratos a termo, futuros, swap e empréstimos de ações.

14. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Para evitar e amenizar o impacto da possível ocorrência desses riscos, o Agros implantou unidade administrativa interna responsável pelo gerenciamento e avaliação de riscos, possuindo também um Comitê de Controles Internos. O Instituto supervisiona as atividades com o auxílio de sistema e assessoria especializada, desenvolvendo várias ações.

Destacam-se:

- Identificação dos riscos;
- Avaliação/análise dos riscos;
- Análise qualitativa dos riscos (priorização dos riscos para análise e ação adicional por meio de avaliação não quantitativa de seus impactos e do nível de riscos);
- Análise quantitativa dos riscos (análise numérica do efeito dos riscos mais críticos evidenciados na análise qualitativa);
- Definição de alternativas para tratamento dos riscos;
- Definição de metodologias, processos, modelos e, ou, controles voltados para a gestão de riscos;
- Validação de metodologias, processos, modelos e, ou, controles voltados para a gestão de riscos;
- Monitoramento (analisar a efetividade dos planos de ação, comportamento de indicadores, limites de exposição e existência de controles internos);
- Consolidação do perfil de risco da operadora;
- Apoio a decisões quanto aos aspectos de riscos;
- Treinamento interno em relação a riscos;
- Implementação de ações para disseminação da cultura de riscos na operadora;
- Controle e reporte de exposições a riscos (acompanhamento das ações de mitigação, proposição, implementação e acompanhamento das ações de controle).

Importante salientar que o Agros em relação a seus administradores, empregados ou assemelhados, estabelece regras e códigos de conduta e ética que protege a integridade e continuidade do Instituto. Além disso, considerando que o Agros é uma entidade de previdência complementar que administra planos de saúde para seus participantes, possui política de governança corporativa e divulga em seu site, para maior transparência de suas ações, demonstrativos de investimentos, demonstrativos contábeis e financeiros, políticas de investimentos, entre outros.

Ressalta-se que o Instituto reconhece que os procedimentos de avaliação de riscos e controles devem ser mantidos e aprimorados como prática periódica em suas atividades.

Viçosa, 31 de dezembro de 2015.

Regimar Ferreira de Freitas
Contador - CRC-MG 53.166
CPF: 478.633.236-49

Constantino José Gouvêa Filho
Diretor Administrativo-Financeiro

Gilberto Paixão Rosado
Diretor de Seguridade

Nairam Félix de Barros
Diretor Geral

PARECERES ATUARIAIS DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS



AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social **Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Celetista** **Encerramento do Exercício de 2015**

Avaliado em acordo com a legislação vigente, a partir de método atuarial e hipóteses apropriadas, o Plano Previdenciário Celetista do AGROS apresenta solvência financeira e atuarial em 31/12/2015.

Apurados os compromissos e mantido o plano de custeio, o plano de benefícios apresenta superávit de R\$ 7.741.493,89, registrado em sua totalidade na Reserva de Contingência.

Os resultados ratificam a situação de solvência financeira e atuarial em que se encontra o Plano Previdenciário Celetista do AGROS.

Belo Horizonte, 04 de março de 2016.

ATEST – Consultoria Atuarial
Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA 88



Karoline Santos de Araújo
Atuária MIBA 2274



Jaqueline Figueiredo Ferreira Costa
Diretora Técnica
Atuária MIBA 2211



Ivan Sant'Ana Erandes
Diretor Executivo
Atuário MIBA 506



AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social
Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Estatutário
Encerramento do Exercício de 2015

Avaliado em acordo com a legislação vigente, a partir de método atuarial e hipóteses apropriadas, o Plano Previdenciário Estatutário do AGROS apresenta solvência financeira e atuarial em 31/12/2015.

Apurados os compromissos e mantido o plano de custeio, o plano de benefícios apresenta superávit da ordem de R\$ 123,3 milhões, constituindo o limite de 25% da Reserva de Contingência no valor de R\$ 92,2 milhões e compondo em 8,44% a Reserva Especial para Revisão de Plano no valor de R\$ 31,1 milhões, conforme limites estabelecidos na Resolução CGPC nº 26/2008.

Os resultados ratificam a situação de solvência financeira e atuarial em que se encontra o Plano Previdenciário Estatutário do AGROS.

Belo Horizonte, 04 de março de 2016.

ATEST – Consultoria Atuarial
Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA 88



Karoline Santos de Araújo
Atuária MIBA 2274



Jaqueline Figueiredo Ferreira Costa
Diretora Técnica
Atuária MIBA 2211



Ivan Sant'Ana Ernandes
Diretor Executivo
Atuário MIBA 506

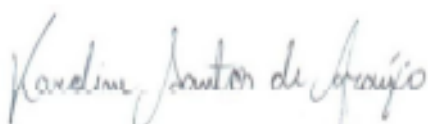


AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social
Parecer Atuarial do Plano Instituidor AGROS CD-01
Encerramento do Exercício de 2015

Avaliado em acordo com a legislação vigente, a partir de método atuarial, hipóteses apropriadas e características de plano de contribuição definida, o Plano Instituidor AGROS CD-01 do AGROS encontra-se em situação de equilíbrio financeiro e atuarial. As provisões matemáticas do plano equivalem a R\$ 9 milhões.

Belo Horizonte, 04 de março de 2016.

ATEST – Consultoria Atuarial
Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA 88



Karoline Santos de Araújo
Atuária MIBA 2.274



Jaqueline Figueiredo Ferreira Costa
Diretora Técnica
Atuária MIBA 2.211



Ivan Sant'Ana Ernandes
Diretor Executivo
Atuário MIBA 506

PARECERES DA AUDITORIA EXTERNA



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes do
AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL
Viçosa - MG

Examinamos as demonstrações contábeis do **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar.

Outros Assuntos

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparabilidade, foram anteriormente por nós examinados e nosso relatório, datado de 06 de fevereiro de 2015, não conteve ressalva.

Belo Horizonte, 11 de março de 2016.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 4552/O-5 S/MG


RICARDO LUIZ MARTINS
Contador CRC-RS Nº 036.460/O-8 T/PR S/MG

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Administradores do
AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL
Viçosa - MG

Examinamos as demonstrações contábeis relativas à Gestão Assistencial do **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da entidade tomando por modelo as demonstrações contábeis instituídas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, através da Resolução Normativa nº 290, de 27 de fevereiro de 2012, e alterações.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da entidade é responsável pela preparação das demonstrações contábeis, que foram elaboradas de acordo com os modelos de demonstrações contábeis e normas aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração, livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, preparadas com a finalidade específica de atender a Agência Nacional de Saúde Suplementar, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL**, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Outros Assuntos

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparabilidade, foram anteriormente por nós examinados e nosso relatório, datado de 06 de fevereiro de 2015, não conteve ressalva.

Elaboração das Demonstrações Contábeis e Restrição sobre sua Distribuição

As demonstrações contábeis foram elaboradas para auxiliar o **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL** a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Consequentemente, as demonstrações contábeis podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação da entidade e para a Agência Nacional de Saúde Suplementar e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes.

Belo Horizonte, 11 de março de 2016.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 4552/O-5 S/MG



RICARDO LUIZ MARTINS
Contador CRC-RS Nº 036.460/O-8 T/PR S/MG

PARECER DO CONSELHO FISCAL

ANS - nº 368920

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Agros – Instituto UFV de Seguridade Social, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento às Normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), examinou as informações das documentações descritas a seguir: **1) Referente aos Planos Previdenciários:** “Demonstração dos Balanços Patrimoniais – Consolidada”, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – Consolidada”, “Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano A (Celetista)”, “Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano B (Estatutário)”, “Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano C (Agros CD-01)”, “Demonstração do Ativo Líquido – Plano A (Celetista)”, “Demonstração do Ativo Líquido – Plano B (Estatutário)”, “Demonstração do Ativo Líquido – Plano C (Agros CD-01)”, “Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Consolidada”, “Demonstração das Provisões Técnicas – Plano A (Celetista)”, “Demonstração das Provisões Técnicas – Plano B (Estatutário)”, “Demonstração das Provisões Técnicas – Plano C (Agros CD-01)”, “Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis”, “Relatório/Parecer Atuarial – Plano A (Celetista)”, “Relatório/Parecer Atuarial – Plano B (Estatutário)”, “Relatório/Parecer Atuarial – Plano Instituidor Agros CD-01”, “Relatório (Opinião) dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis”; **2) Referente aos Planos Assistenciais:** “Balanço Patrimonial – Ativo Circulante”, “Balanço Patrimonial – Passivo Circulante”, “Demonstração do Resultado”, “Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Direto”, “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido”, “Demonstração do Resultado Abrangente”, “Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis”, “Relatório da Administração”, “Parecer Atuarial sobre as Provisões Técnicas (PEONA)”, “Relatório (Opinião) dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis”; sendo toda esta documentação relativa ao **exercício findo em 31/12/2015**.

Baseado nesses exames e em análises procedidas nos balancetes e demais demonstrativos, nas informações complementares obtidas junto aos órgãos financeiros, administrativos e contábeis da Instituição e, ainda, nos Pareceres das Assessorias Atuariais e dos Relatórios e Pareceres dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal aprova as contas e demonstrações financeiras acima mencionadas, visto que representam adequadamente a posição patrimonial e financeira dos planos do Agros em 31 de dezembro de 2015.

Viçosa, 22 de abril de 2016.


Benjamin Gonçalves Milagres
Fernando Laércio Alves da Silva
Marcílio Rodrigues Martins
Eduardo Rezende Pereira
Júlio César Fausto da Silva
Paulo Roberto da Silva

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

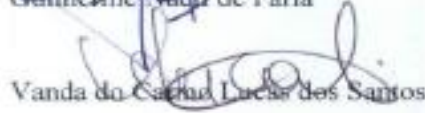
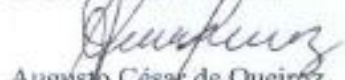
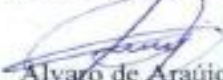
ANS - nº 368920

RESOLUÇÃO N.º 323/2016

O Conselho Deliberativo do Agros - Instituto UFV de Seguridade Social, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento às Normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), examinou os seguintes documentos: (1) Referentes aos Planos Previdenciários: "Demonstração dos Balanços Patrimoniais - Consolidada"; "Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada"; "Demonstração da Mutação do Ativo Líquido dos Planos A (Celetista), B (Estatutário) e C (Agros CD-01); "Demonstração do Ativo Líquido" dos Planos A (Celetista), B (Estatutário) e C (Agros CD-01); "Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada"; "Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos A (Celetista), B (Estatutário) e C (Agros CD-01); "Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis"; "Relatório/Parecer Atuarial dos Planos A (Celetista), B (Estatutário) e C (Agros CD-01); "Relatório (Opinião) dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis". (2) Referentes aos Planos Assistenciais: "Balanço Patrimonial - Ativo Circulante"; "Balanço Patrimonial - Passivo Circulante"; "Demonstração do Resultado"; "Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Direto"; "Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido"; "Demonstração do Resultado Abrangente"; "Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis"; "Relatório da Administração"; "Parecer Atuarial sobre as Provisões Técnicas (PEONA); "Relatório (Opinião) dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis". Toda a documenta o mencionada se refere ao **exercício findo em 31 de dezembro de 2015**. O Conselho também tomou conhecimento das demais informações constantes no **Relatório Anual de Informações**.

Considerando os pareceres favoráveis da Assessoria Atuarial, dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal da Entidade e análise e considerações deste Colegiado, o Conselho Deliberativo concluiu que as referidas demonstrações contábeis e financeiras refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2015, deliberando por sua aprovação.

Viçosa, 24 de maio de 2016.


Guilherme N f de Fúria
Vanda do Carmo Lucas dos Santos
José Júlio de Souza
Evaristo Luciano Rosa
Augusto César de Queiroz
José Luis Braga
Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho Lima
Juno C zar dos Reis
José Aparecido de Paula
Alvaro de Araújo
Ant nio Raimundo Charr o Rodrigues
José Reinaldo de Freitas

Diretoria Executiva

Nairam Félix de Barros (Diretor Geral)
Gilberto Paixão Rosado (Diretor de Seguridade)
Constantino José Gouvêa Filho (Diretor Administrativo-Financeiro)

Conselho Deliberativo

Guilherme Nacif de Faria (Presidente)
Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho Lima
Vanda do Carmo Lucas dos Santos
Julio Cezar dos Reis
José Júlio de Souza
José Aparecido de Paula
Evaristo Luciano Rosa
Álvaro de Araújo
Augusto César de Queiroz
Antônio Raimundo Charrão Rodrigues
José Luis Braga
José Reinaldo de Freitas

Conselho Fiscal

Benjamin Gonçalves Milagres (Presidente)
Eduardo Rezende Pereira
Fernando Laércio Alves da Silva
Júlio César Fausto da Silva
Marcílio Rodrigues Martins
Paulo Roberto da Silva
Jaime Alves Vilela
Álvaro César Sant'Anna

www.agros.org.br

Viçosa

Av. Purdue, s/n, Campus da UFV
36570-900
Telefone: (31) 3899-3500

Belo Horizonte

Rua Sergipe, 1.087, salas 1004 e 1005, 10º andar,
Savassi. 30130-171
Telefone: (31) 3227-5878

Florestal

Rua Silva Nenem, 58, ap. 01, Centro
35690-000
Telefone: (31) 3536-2100